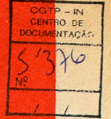


# ALAVANCA

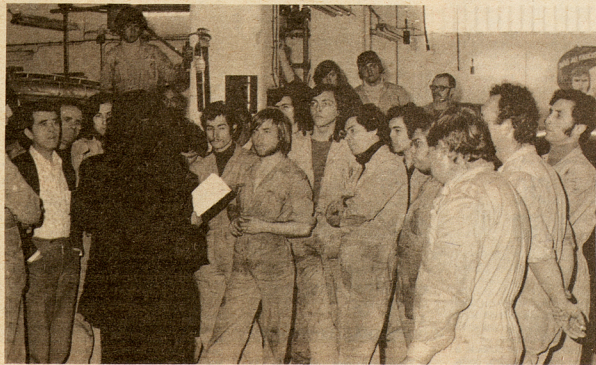
UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 5500



## PREVIDÊNCIA

**CONTROLO  
PELOS  
TRABALHADORES  
NA  
EMPRESA**



**CONSERVAS:  
CONTRATO EM MARCHA**

**ACTIVIDADE  
DA  
UNIÃO  
DE  
SINDICATOS  
DE  
COIMBRA**



# NOTICÁRIO SINDICAL

## ESPECTÁCULOS

Houve confirmação da vitória da tendência da Lista B nos eleições efectuadas em 8 do corrente, do Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos. Estas eleições, que decorreram no Palácio Foz e tiveram larga participação de associados, vieram confirmar os resultados do primeiro sufrágio efectuado em Dezembro do ano passado e que tinham sido impugnados pelos membros da derrotada Lista B, os quais tinham alegado a ocorrência de ilegalidades durante esse acto eleitoral.

Eis os nomes dos membros eleitos para a Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal. São os seguintes: Assembleia Geral: presidente, Rogério Paulo; vice-presidente, A. Macedo; secretários, Beatriz Conceição e Manuela Cassola. Direcção: presidente, Canto e Castro; tesoureiro, Augusto Marinho; vogais: A. Machado, C. Alberto, Luís Afonso, Maria Amélia Pimenta, Paulo Jorge, Augusto Avelar, professor Carmo, Zeza Elisabeth, Gustavo Sequeira, Hermâni Lopes, Francisco Oliveira e João S. Lourenço. Conselho Fiscal: Daniel Garcia, Mário Mendes e Le-à-Far.

## COMÉRCIO DO PORTO

Através da União dos Sindicatos do Porto, recebemos do GISEP (Grupo de Intervenção Sindical de Esclarecimento ao Público, e do Sindicato do Comércio do Porto, uma extensa nota sobre a situação da vida e da falta de géneros vendidos no Norte do país.

É um trabalho bastante cuidado e exaustivo, no qual se sugere, como um dever de todos os trabalhadores, a colaboração activa dos mesmos, contra a subida do custo de vida e por um comércio ao serviço dos trabalhadores.

## VESTUÁRIO

O Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário, Lavandarias e Tinturarias do Distrito do Porto, no intuito de alargar a sua acção a zonas um pouco distantes da capital norteña, conseguiu que os camaradas do Sindicato Têxtil de Santo Tirso pusessem à disposição dos camaradas do Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário, Lavandarias e Tinturarias, um determinado espaço na sua sede. Assim, a partir de 30 corrente mês, encontra-se um funcionário e um dirigente, ou delegado sindical da zona, na sede do Sindicato Têxtil de Santo Tirso, à disposição dos camaradas do Vestuário, durante o horário normal de expediente.

## HOTELARIA

Do Grupo Cultural, Desportivo e Sindical da Juventude Hoteleira, foi-nos enviado o seguinte comunicado, com o pedido de publicação, o que gostosamente e com a maior camaradagem fazemos:

### COMUNICADO

O Grupo Cultural, Desportivo e Sindical da Juventude Hoteleira comunica a todos os jovens trabalhadores da Hoteleira que no dia 30 de Maio, (domingo) às 15 horas, leva a efeito a 2.ª fase do I.º Encontro da Juventude Hoteleira na "Aula Magna" do Instituto Superior Técnico, onde se irá discutir os problemas

específicos com que se debatem os Jovens na Hoteleira.

— PELO DIREITO AO TRABALHO E AO ENSINO E A CULTURA  
— JOVEM TRABALHADOR EM TI O FUTURO DO MOVIMENTO SINDICAL

UNIR A JUVENTUDE CONTRA A EXPLORAÇÃO EM FRENTE COM O 1.º ENCONTRO DA JUVENTUDE HOTELEIRA.

## SINDICATOS ROMENOS

— "ALAVANCA" recebeu da UGR (União Geral dos Sindicatos Romanos), a seguinte mensagem, por ocasião do "dia do trabalhador":

No ocasião do 1.º de Maio — jornada de solidariedade internacional dos trabalhadores — transmitimo-vos a nossa saudação cordial e os nossos votos de novos sucessos no vosso trabalho e na vossa actividade posta ao serviço dos trabalhadores, pelo progresso social e pela paz em todo o mundo.

## AGRICOLAS

Do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, recebemos o seguinte

### COMUNICADO

OPERÁRIOS AGRÍCOLAS; QUEM VIVA? A CAP OU OS TRABALHADORES?

Estas perguntas ainda não são feitas pelos caceteiros de Coruche, mas não tardarão a sê-lo, se não for imediatamente posto em acção criminosas.

A CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal) tem vindo a obter, através das exigências saídas dos seus plênários, concessões muito importantes por parte das entidades responsáveis:

— Demissão do Engenheiro ANTÓNIO BICA, seguida do saneamento dos Directores dos CRAA;

— Suspensão do Engenheiro VICTOR LOURO, seguida do afastamento de 40 técnicos de vários Centros do País;

— Cessão de terra nas Unidades Colectivas, mesmo contra o parecer da Comissão de Análise à Reforma Agrária;

— Desrespeito pela decisão do mandatário do Governo, Eng.º Leiria Pinto, tomada em reunião no dia 24/7/68 na Casa do Povo do Courço de qual foi lavrada Acta em que se acordava a cédencia de 12 ha, na Herdade do Engal e que um responsável do Ministério fez alterar para 30 ha., estragando uma bela pastagem;

— Tentativa de cédencia de terras em herdades que têm o seu pessoal permanente e não haver garantia da continuação desse pessoal nas herdades, por parte dos grandes rendeiros;

— Apropriação de preparar — para arroz — os 600 ha de terra nacionalizada e ainda nas mãos dos grandes agrários, sabendo que os seareiros que pediam terra, cultivavam tomate, foram medidos que em nada beneficiaram os trabalhadores e não os pequenos seareiros, nem tampouco a Reforma Agrária.

— Eias vieram, pelo contrário, gerar sérios conflitos sociais, que a CAP

tem explorado através do seu bando de caceteiros e caciques locais.

— Eias vieram permitir que este bando actuê à vontade, apenas lhe faltando perguntar quem viva, se a CAP, ou os trabalhadores.

O SINDICATO DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS alertava há pouco as entidades competentes pelo desemprego de Coruche — 600 trabalhadores.

Foi com o fim de procurar resolver esta situação que se deslocou a Coruche no passado dia 15, o nosso dirigente Jerónimo Bom, o qual começou logo a ser provocado ao entrar no Centro.

Ao terminar a reunião e ao dirigir-se para o carro da Delegação do Ministério do Trabalho de Santarém, foi cercado por um grupo de bandoleiros:

— José Estela — Couço  
— Narciso Ramos (O Vacas) da Salgueirinha, (onde houve um ninho de pides

— Manuel Filipe (O Labiza) da Azervadinha que, sendo grande rendeiro e taberneiro abrangido pela Reforma Agrária, passa os dias no Centro de Coruche ou perto dele.

— Um tal Florinda Amaro, de Santana do Mato, ex-fleitor e D. Juan, perseguidor de mulheres.

— Carvalho — laiaço do agrário Teixeira.

— António dos Santos Capador — grande rendeiro e proprietário dum café em Montinhos dos Pegos.

Foram entre outros, estes os laiaços da CAP, que agrediram o nosso camarada, e não o mataram porque em seu auxílio vieram as camaradas desempregadas tiradas das mãos dos assassinos, pois as suas palavras eram de que «não saís daqui».

Mas valentes camaradas de Coruche souberam defender o seu companheiro de luta e saberei pedir justiça para todos os seus inimigos.

— VIVA A REFORMA AGRÁRIA!  
— ABAIXO A CAPI  
— ANTI-BOA REACÇÃO!  
— QUEM AGRIDE NÃO PRODUZ!  
— AGRESSORES PARA A CADEIA!

VIVAM AS VALENTES MULHERES DO CONCELHO DE CORUCHE EM LUTA PELA DIREITO AO TRABALHO!

CÁSTIGO AOS AGRESSORES!

Santarém, 19 de Abril de 1976

### A DIRECÇÃO

## METALÚRGICOS

A Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, Rua D. Estefânia, 47-4.º Esq. Lisboa-1, enviou uma saudação aos mineiros portugueses, que transcrevemos a seguir:

Aos Camaradas Mineiros de Portugal

### Camaradas

Em nome dos metalúrgicos portugueses saudamos a vossa justa luta, saudamos a vossa coragem e o vosso espírito revolucionário.

Estamos certos que os mineiros não vergarão, que continuareis lutando por uma vida melhor, por um Portugal livre e democrático e caminho do socialismo.

A vossa luta é também a nossa luta camaradas!  
Contai com a solidariedade activa e militante dos metalúrgicos portugueses!

A LUTA CONTINUA!  
UNIDOS VENCEREMOS!



## do Sindicalismo

Nos organismos sindicais, a todos os escalões, desde as Comissões Sindicais, passando pelos Sindicatos, União e Federações, consideramos que é possível travar os debates e quando sejam necessários — com a preocupação premente de procurar e de reforçar a unidade.

Naturalmente, tudo isso explica o respeito pelas decisões tomadas democraticamente pela maioria. Porque as decisões são o índice dum organização eficaz. Mas, reciprocamente, isso supõe, também, a discussão mais séria, um esforço de convicção e uma grande dose de compreensão dos problemas tratados, sem se abdicar por vezes, dum pontinha de tolerância em certas condições mais delicadas e críticas.

Tudo isto é possível sem, todavia, se perder de vista que a base que permite a todos que têm concepções filosóficas, políticas, e mesmo concepções de movimento sindical diferentes das que mais justas nos aparecem no aspecto conjuntural do sindicalismo, deve ser viver e agir em conjunto com a decisão da grande maioria, que pode ser decisiva para os seus interesses comuns. Neste caso, é sempre possível manter a unidade de organização e, assim sendo, fazem-se os debates necessários para se alcançar uma decisão democrática, por unanimidade ou mesmo por maioria. A principal razão para se resolver este tipo de problemas é a vontade mútua de manter a união e uma concepção sindical que seja realmente uma concepção de democracia de massas.

Por vezes, tenta-se comparar a luta de classes a uma guerra complicada, difícil, violenta, de avanços e recuos. E, no fundo, a comparação tem o seu quê de fundamento. Mas, como facilmente se depreende, esta guerra não se trava com armas de guerra, nem de qualquer maneira a classe operária constitui um exército, no sentido militar da palavra.

Há, sim, uma organização de pessoas, que é o componente maior da classe trabalhadora. Na realidade, a classe operária é composta principalmente por pessoas diferentes, em muitos casos desconhecidas, das mais diversas profissões e religiões. Mas o papel preponderante que elas têm na produção das riquezas do país confere-lhes uma força que, quando unida e reforçada nas suas organizações sindicais de base, se torna

enorme, respeitada por amigos e inimigos de classe. É a conquista dessa consciência da força da classe, de que são parte integrante, que dá aos trabalhadores a posição de relevo que possuem em todos os países, mesmo naqueles em que, como o nosso, o regime é capitalista e continua a haver explorados e exploradores.

Uma organização sindical digna deste nome deve ter um carácter de massas e tender sempre a agrupar e a alargar mais e mais a sua força e a sua influência entre os trabalhadores. Ela não pode ser concebida sem uma profunda vida e actividade democráticas, abertas a todas as discussões dos seus membros que tendam a procurar uma melhoria no funcionamento, no fortalecimento, no desenvolvimento de quanto às actividades sindicais dizem respeito. Isto, como já vem sendo dito, sempre no âmbito dum actividade e funcionamento de carácter democrático.

Parece constatar-se que um dos problemas importantes da nossa época é a necessidade de ser parte activa em todos os organismos onde nos encontramos inseridos. Certos sociólogos pretendem justificar a posição crescente ao capitalismo nos meios próximos da burguesia, pelo facto de que eles são afastados da participação nas decisões por ela tomadas. Mesmo se a explicação profunda se situa a um nível mais fundamental, parece existir, realmente, nisso, um fenómeno: o da concentração acelerada da propriedade privada dos meios de produção.

De qualquer maneira, o que é claro para a classe operária, para que esta se convença que uma organização sindical, a sua, lhe diz respeito, é imprescindível que ela lhe prove demonstrar, sem tibiezas, que defende os seus interesses mais próximos ou mais distantes, com um incontestável apego, uma dedicação sem limites, de forma a que mereça a sua total confiança. Tudo isso pressupõe que os operários, que os trabalhadores, têm sempre a palavra a dizer, nos conflitos laborais em que estejam incluídos. Não se pode decidir uma greve, ou quaisquer outras espécies de lutas, sem que previamente os interessados tenham se ser ouvidos e darem o seu indispensável acordo. Este acordo tem, seguindo a norma democrática que sempre se pratica nas organizações sindicais, de obter a maioria dos votos dos trabalhadores interessados em qualquer movimento a levar a cabo pelos seus sindicatos. Só assim, respeitando o exercício e a norma democráticas, a força dos sindicatos expressará a vontade dos trabalhadores.







As atenções e as preocupações do País estão centradas sobre o problema da eleição do Presidente da República. Está certo: a Presidência é agora uma função muito importante, com decisiva possibilidade de intervenção na vida política. E quem fala das atenções do País fala também e sobretudo, das atenções dos trabalhadores. Pois quem é mais País que a classe trabalhadora? Em quem melhor se projecta a ideia de vida nacional que em todos quantos efectivamente trabalham, produzem, lutam, vivem e convivem fundamentalmente enraizados nesta realidade que é a sua e se chama um País?

Não admira, portanto, que os trabalhadores tenham ideias sobre a eleição do Presidente. E ideias claras e firmes. Engana-se, porém, quem pense que as ideias dos trabalhadores sobre esta questão correspondem ao rosto concreto de um homem, a um nome, talvez a uma patente militar. Os trabalhadores não fazem questões de fundo por um homem: fazem-nas por linhas políticas, por orientações, por práticas. Ou de outra maneira: os trabalhadores fazem questão pelo seu futuro e pelo dos seus filhos, pela sociedade que é preciso construir. E mais nada, que não é pouco.

No caso da eleição para a Presidência da República, os trabalhadores sentem-se naturalmente no direito de exigir um Presidente inteiramente disposto a estar com eles, e de rejeitar quem quer que seja que, eventualmente, viesse com a intenção de estar contra eles. Pois só podemos admitir um Presidente da República Portuguesa que seja o Presidente dos trabalhadores portugueses. Que venha decidido a defender as suas conquistas, a cumprir e a defender a Constituição, a estimular a união de todas as forças progressistas, a cortar o passo a todas as tentativas reaccionárias dos que sonham replantar o poder dos exploradores nesta terra que é dos que nela trabalham, e não dos que dela se aproveitam.

Porém, acontece que, para lá das eleições presidenciais, os trabalhadores portugueses têm outras preocupações. Por uma

boa razão: é a de que sabem que o destino político não se joga apenas, nem fundamentalmente, na escolha de uma figura importante, mas na prática de todos os dias, nos avanços e recuos quotidianos no terreno das realidades imediatas. Ora, sucede que, enquanto toda a gente anda muito entretida com conjecturas eleitorais, enquanto algumas forças políticas se mantêm enredadas na indefinição, enquanto o País parece hesitar à beira do caminho, a reacção aproveita e tenta avançar. Em que sentido? No único sentido que lhe interessa: no da recuperação capitalista, no da divisão dos trabalhadores, no da reconquista do antigo poder, na prática do terrorismo impune.

Não vale a pena entrar aqui em longas enumerações: é sabido que é assim. Pode citar-se nomes: Manuel Gonçalves, Metalnova, por aí fora. Mas uma enumeração completa seria longa demais: de facto, a reacção ataca um pouco por toda a parte. E o mesmo em relação a um dos seus instrumentos, o terrorismo, desde o que usa a bomba, e faz um grande estrondo, até ao que se serve da intimidação e da ameaça, e é silencioso. De tudo isto se desprende uma linha geral de ofensiva direitista, fazendo pressão, visando desestabilizar a situação política e obter uma viragem à direita. Aqui se inserem as hipóteses de alianças antitrahadoras, tanto no que diz respeito à constituição do futuro Governo como no que se refere às eleições presidenciais.

De tudo isto resulta virem os trabalhadores dizer à reacção que estão acordados e de olhos abertos. Que é inútil a tentativa de fazer um País contra eles, pela razão definitiva de que o país são eles. E, para lá das palavras, provarem na prática, através da resistência aos golpes direitistas, às intrigas, às provocações, quer à escala do País quer ao nível das empresas, que os trabalhadores estão unidos e sabem onde estão os seus interesses. O que é o mesmo que dizer: que sabem onde está o único futuro possível, efectivamente viável, para o País que é preciso construir. Repitam-se: construir. Pois construir é, por definição, tarefa para os trabalhadores. E não para os parasitas.



# DIFFICULDADES QUE VÊM DE LONGE PARA A «COOPERATIVA COLUMBANO»

«Não dou nem mais um tostão a ganhar aos comunistas!»

Quem tal dizia, aventando até a hipótese de um dia lá por uma bomba, era um subchefe da Polícia, altamente emocionado por ter de pagar a sua conta a trabalhadores da Cooperativa de Reparações de Automóveis Columbano. Isto aconteceu há poucos dias. A designação de «cooperativa», mesmo que os serviços sejam perfeitamente executados, mesmo que os trabalhadores sejam atenciosos, mesmo que os preços sejam os mais acessíveis do mercado, espanta ainda muitos clientes. Neste caso, um Subchefe da Polícia, orgulhosamente CDS, tal como afirmou aos trabalhadores, considera a Cooperativa um antro de comunistas...

Por entre a apreensão com que encaram o futuro, os 25 trabalhadores da Cooperativa Columbano, ali à Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 74-A, cantaram-nos um pouco da história daquela empresa, onde à custa dos maiores esforços continuam a ganhar o seu pão.

«Os primeiros clientes que perdemos foram os legionários que antes do 25 de Abril eram o prato forte cá da casa» — disse-nos José Ramos, um dos trabalhadores que desde a primeira hora está na frente da luta.

Efectivamente, a Sociedade Comercial de Automóveis Noronha e Santos vivia dos méritos do Sr. Noronha, legionário e elemento da FAC-Frente Automóvel de Combate, e das muitas falcatruas a que este senhor deitava mão.

O Sr. Noronha, conforme nos explicou José Ramos, foi preso em 25 de Abril, sendo substituído pelo seu pai e por um vendedor, durante o mês em que permaneceu na prisão. Mais tarde, o Sr. Noronha voltaria a tomar parte activa na preparação da manobra reaccionária do 28 de Setembro de 1974, acção esta em que empenhou alguns trabalhadores e até um carro da casa. Malgrado o golpe, e pesando sobre ele um mandato de captura, ausentou-se para Madrid depois para o Brasil.

«Já nessa altura a situação da sociedade era difícil — disseram-nos. A Citroen já há muito que tinha retirado a representação, pelas constantes aldabrides do patrão, e os ordenados eram frequentemente pagos ao dia 10 de cada mês, muitas vezes depois de nós paralisarmos para o efeito. A situação era de tal maneira que na altura da fuga dele vieram pessoas ter connosco exigindo dinheiro, que tinham adiantado ao Sr. Noronha para a compra de carros, que nunca chegaram a

ver. Só na Citroen devia ele cerca de 90 mil contos.

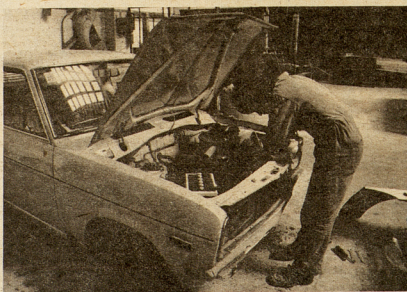
«Quem acarreta agora com toda esta história? Somos nós, claro!»

## A COOPERATIVA MANTÉM 25 POSTOS DE TRABALHO

Em Fevereiro de 1975 o pai do Sr. Noronha, que até então esteve à frente da sociedade, desligou-se, perante o notário, de toda e qualquer responsabilidade. Foi então que os trabalhadores, lutando pelo seu posto de trabalho se decidiram a formar uma cooperativa.

Demos-lhes a palavra: «Uma das nossas maiores dificuldades tem sido o pagamento da renda. São 35500\$00 que não sabemos onde os ir buscar. Já entramos em contacto com o senhorio para um eventual abajamento da renda, mas nada.

«Crédito, não temos. Tudo o que compramos é com dinheiro na mão. Mas também não devemos nada a ninguém, antes pelo contrário, há muito boa gente que nos deve a nós».



Contas por alto, aqueles trabalhadores têm por aí espalhados uns 130 contos. Entretanto, continuam a levar para casa um ordenado que é bastante baixo, que não chega mesmo à Portaria que regulamenta o trabalho do sector, e muito menos para viver.

Poderá ser melhor? Sim, os trabalhadores estão convencidos que enveredaram por uma forma de trabalho que, para já, lhes permite manter os seus postos de trabalho que, de futuro, quando outros muitos

trabalhadores e o Governo se convencerem da importância das cooperativas e se estruturar um movimento eficaz de apoio às mesmas, eles sairão triunfantes, pois não se furtam a trabalhar com todas as suas forças naquela obra que é totalmente deles.

«Temos, sem dúvida, dificuldades de ordem administrativa e teremos que corrigir alguns aspectos da nossa organização de trabalho — disse-nos José Ramos, enquanto nos mostrava os

antigos escritórios. Somos trabalhadores, bate-chapas, pintores, electricistas e da nossa arte percebemos, mas já não podemos dizer o mesmo de toda a escrita, que o patrão e alguns empregados de escritório, da laia dele, sabotaram. Nos poucos meses que se seguiram ao 25 de Abril, desviaram, sem qualquer controlo nosso, dezenas e dezenas de contos. Chegámos a apanhar um deles em flagrante, recebendo letras que pertenciam à cooperativa. Fomos para a Judiciária, mas nem assim conseguimos alguma coisa; acabaram por despachar-nos com duas tretas».

Passando agora para uma fase difícil, os trabalhadores da Cooperativa Columbano mostram-se, porém, esperançados num futuro melhor, pois a oficina, num ritmo normal de trabalho, permitirá até aumentar os postos de trabalho.

Perderam muitos clientes (os legionários, os clientes dos «boca-de-sapo» e outros), mas, em compensação, são procurados por outros clientes que os preferem como cooperativa. É por isso que ultrapassadas, com o empenho de todos e colaboração dos demais trabalhadores, as presentes dificuldades, eles esperam poder vir a tirar dal do pão de cada dia, dando até a outros essa mesma possibilidade.

## MESSA

# SOLUÇÕES CONTRA OS TRABALHADORES NÃO SÃO SOLUÇÕES

Não teve ainda qualquer resolução — a nível do Conselho de Ministros — o caso da Messa, Máquinas de Escrever, SARL, onde 1800 trabalhadores lutam pelo seu direito ao trabalho.

Porque o problema não se arrasta há muito tempo, a Comissão de Trabalhadores e Sindical, juntamente com representantes de vários Sindicatos e ainda com a União dos Sindicatos de Lisboa, resolveram, em reunião de 13 de Maio, levar o caso directamente ao Primeiro-Ministro, Presidente da República e Conselho da Revolução, reafirmando, à partida, a sua intenção de não permitir qualquer despedimento.

Em comunicado datado dos últimos dias de Abril, os trabalhadores da Messa fazem meia dúzia de perguntas muito concretas, que transcrevemos, das quais se deprende muito facilmente a sua posição de intransigência perante o protelamento que os Ministérios responsáveis e o Governo têm vindo a dar ao caso:

«Será descabido pretender manter 1800 postos de

trabalho, num País onde o desemprego atinge já valores que ultrapassam os 300 000?»

«Será, porventura, descabido pretender manter em laboração uma fábrica que, apesar das dificuldades já apontadas, conseguiu, na exportação dos seus produtos, fazer entrar 200 000 contos de divisas nos dois últimos anos?»

«Será descabido pretender manter uma empresa, na qual se apóia, em grande parte, uma localidade, devido a esta ser o local de habitação da maioria dos trabalhadores da Messa, com o consequente reflexo na vida comercial da mesma?»

«Será descabido pretender o aproveitamento total do potencial industrial existente, apontando ainda a sua forma de desenvolvimento, dos poucos que o País possui desta dimensão?»

«Será descabido pretender manter um conjunto humano com conhecimentos adquiridos, ao longo de muitos anos, na fabricação de um produto que já não tem



segredos e cuja qualidade é mundialmente reconhecida?»

Os trabalhadores acham que nada disto é descabido e, portanto, apresentaram, logo no princípio da sua luta, um plano de recuperação da empresa, que envolve investimentos da ordem dos 195 700 contos, divididos por três anos, plano este, aliás, que tem o aval do Ministério da Indústria e Tecnologia. Porém, o

Ministério das Finanças tem contrariado todo o processo, sem, em contrapartida, apresentar qualquer solução viável para o problema.

Depois de referirem que a MESSA era já uma empresa deficitária antes do 25 de Abril que se movimentaram junto dos vários Governos para o seu caso ser resolvido, não havendo até ao

(Continua na pág. 12)





## «METALNOVA» — TORRES NOVAS

# VITÓRIA DOS TRABALHADORES SOBRE O PATRÃO «SALTEADOR»

No vasto quadro da recuperação capitalista da economia de que o progresso dos patrões é um aspecto concreto, inscrevem-se acções tão espectaculares como elucidativas do programa de acção dos que durante muito tempo dominaram este país.

O caso da Metalnova, de Torres Novas, sem que se conheçam ainda as implicações de pessoas e instituições no mesmo, revela, logo à partida, duas constantes em situações idênticas, cada qual a mais grave.

Por um lado, a firme disposição em que se encontram os patrões sabotadores da economia nacional de lançarem mão de todos os meios — os mais incríveis — para voltarem ao domínio das empresas; por outro, a reacção das entidades oficiais que, quando não escandalizam pela sua passividade, adiantam medidas, muitas vezes lesivas dos legítimos interesses dos trabalhadores.

O sr. Martinho Maurício Ferreira, ex-patrão do Centro Metalúrgico Torrejano, actual Cooperativa de Trabalhadores Metalnova, rodeou-se de cerca de 40 marginais, entre os quais alguns retornados, pagos a 500\$00 por cabeça, e assaltou, pela calada da noite, as instalações fabris daquela empresa.

É evidente, para já, o tipo de pessoas que o «capital» contrata para tais acções; outras pessoas, caso fossem trabalhadores, não acreditariam tão «facilmente» que por trás daquela «operação» houvesse o consenso do Ministro do Trabalho, da Escola Prática de Cavalaria de Santarém e do Secretário da Indústria e Tecnologia. Pese embora, mas tal consta das declarações daqueles meliantes, que viram nessas atoardas do patrão um alívio de consciência, se bem que no fundo eles também acreditavam no alcance do «serviço» que vinham desempenhar.

Para completa identificação, o sr. Martinho Ferreira envolveu na operação «Guiné-Bissau» — assim lhe chamaram — conhecidos marginais como um tal «China» e um «Rogério Gonçalves», portador do plano da operação. Os cabecilhas eram o próprio patrão e um tal Reis, filho de um sócio da Sovrel ausente no Brasil.

### TENTATIVA DE ALICIAMENTO

Segundo declarações de alguns dos detidos, a operação destinava-se a transferir o material da «sua» empresa para uma outra, que como se veio a verificar, era um armazém do sogro.

Para avaliar bem o alcance da operação, há que referir que os trabalhadores da Cooperativa, à medida que iam chegando ao seu local de trabalho eram informados de que 80% do pessoal estava já dentro da empresa e do lado do patrão e que, mediante a assinatura pura

e simples de um «documento» eles poderiam também continuar ao trabalho.

Esta é a feceta do «aliciamento» que deveria, posteriormente, conferir aspecto legal à entrada do patrão na empresa.

As coisas porém não foram muito favoráveis àquela conhecido reacção de Torres Novas, pois os operários cedo desmascararam os assaltantes conseguindo com a solidariedade de muitos outros trabalhadores e da própria população local, delatar a mão a 22 deles.

Diga-se também que a intervenção dos trabalhadores foi decisiva para modificar o rumo às coisas, pois a GNR, muito pronta em tudo o que diga respeito a intervir contra os trabalhadores — selagens, buscas, etc. — adoptou uma atitude de passividade total. De facto, os trabalhadores da

Trabalho, que sustentou não se sabe com que intuito, a tese de que máquinas e instalações estavam registadas em nome do

GNR de Lisboa estiveram às portas de Torres Novas com 30 carros blindados do tipo *shortland* e 3 carrinhas da polícia



industrial Martinho Ferreira, viria mais tarde a estar na origem da anulação do despacho de «selagem» do Ministro Tomás Rosa, propondo a instauração de um inquérito para esclarecimento da situação.

A «selagem», ao que parece não reunindo os quesitos legais, é um outro aspecto controverso

de choque, prontos para desempenhar a missão de selagem.

O comandante da GNR local, que justificava a sua passividade no cumprimento de ordens dos Ministérios, tem em seu abono o desencorajar a intervenção das forças de Lisboa que apareceriam como provocação junto dos muitos trabalhadores que entretanto se tinham concentrado nas imediações da Metalnova, vivamente indignados com o atentado que tinham sofrido os seus camaradas trabalhadores.

### DE «CENTRO METALÚRGICO TORREJANO» A «COOPERATIVA DE TRABALHADORES METALNOVA»

A Metalnova estava constituída em cooperativa desde 3 de Maio deste ano. Lembra-se que o conflito entre os trabalhadores daquela empresa e a entidade patronal começou em 17 de Dezembro de 1975, altura em que estes ocuparam as instalações depois de o patrão se ter recusado a cumprir o pagamento de salários e retroactivos em atraso, opondo-se também à aplicação efectiva do controlo operário.

Um mês depois, e provadas as manobras de sabotagem do patrão ficou decidida, em acta

assinada no Ministério do Trabalho, a intervenção estatal, com a nomeação de gestores por parte do Estado para a empresa. O facto de o Ministério não levar à prática esta resolução de 17 de Janeiro, levou os trabalhadores a constituírem-se em cooperativa; aliás, consta entre os trabalhadores que o Ministério, se bem que não levantou dificuldades à concessão de credenciais em 1 de Maio, encorajava, por portas travessas, o patrão a tomar conta da empresa. De qualquer maneira, o facto dos trabalhadores se constituírem em cooperativa terá sido decisivo junto do sr. Ferreira, para a concretização dos seus intentos reacçãoários. Aliás, já desde 17 de Dezembro que estes se enhorream a ameaça, constantemente, os trabalhadores, dizendo que já tinha gente contratada para os matar.

### A ASSALTANTES A CONTAS COM A JUSTIÇA

No rescaldo da situação, confirma-se a prisão, sem admissão de caução, do Martinho Ferreira, tendo ficado igualmente detido às ordens do tribunal o António Oliveira Reis, de Santarém, dono de uma das camionetas utilizadas para o transporte das peças e ferramentas desviadas da Cooperativa. Os 22 assaltantes foram entregues ao tribunal da Comarca.

A União dos Sindicatos de Torres Novas, muitos elementos de cooperativas agrícolas e industriais da região e os trabalhadores da Metalnova esforçam-se agora por levar a fábrica à sua situação normal de trabalho, o que se tem tomado bastante difícil, pois os assaltantes, além do material desviado, causaram avultados prejuízos nas instalações.

A terminar referirmos ainda que não houve paralisação total em Torres Novas; sucedeu foi que muitos trabalhadores alertados pela União dos Sindicatos para o que se tinha passado, interromperam o trabalho para demonstrar a sua solidariedade de com os companheiros da Metalnova, mostrando-se, isso sim, dispostos a paralisar, caso o Ministério, mantendo a sua decisão, mandasse selar as instalações.

Em Torres Novas os trabalhadores com toda a população alcançaram uma grande vitória sobre o patronato reacçãoário.



localidade lembram que aquela corporação ainda há pouco tempo desenvolveu, no meio de grande aparato bélico, uma acção de busca de armas em casa de um ex-dirigente sindical.

O governador civil do distrito, por seu turno, não apressou quaisquer diligências tanto para a descoberta como para a recuperação do material desviado.

O delegado do Ministério do

da questão. Efectivamente, os trabalhadores não compreendem como a primeira reacção do Ministério do Trabalho foi mandar selar as instalações da Cooperativa, prejudicando assim, e não se sabe por quanto tempo, o normal funcionamento da mesma, e isto uma vez que era mais que evidente a acção de assalto levada à prática pelo patrão.

Sabe-se que elementos da



# TABAQUEIRA

## DOIS ANOS DE LUTA EXEMPLAR

A meia dúzia de quilómetros de Sintra, no caminho para Carcavelos, situa-se «A Tabaqueira», mais exactamente em Albarraque.

Grande empresa em que nada falta, «A Tabaqueira» constituiu até ao 25 de Abril de 1974 um exemplo refinado da exploração capitalista.

Dispondo de balneario próprio, de um Centro Social com uma sala de cinema e outra de teatro, um posto clínico e até uma igreja, «A Tabaqueira» não era mais do que um «campo de concentração» para cerca de 1000 trabalhadores que, dia após dia, permaneciam desligados de tudo e de todos. Nos últimos tempos da ditadura, a administração pensou, mesmo, limitar o acesso de pessoas «estranhas» a todo o agregado, através da criação de um cartão especial.

Mas o 25 de Abril surgiu e, naturalmente, aqueles nossos camaradas desencadearam o seu processo de luta, alcançando a primeira grande vitória, exactamente há um ano (14 de Maio), através da nacionalização da indústria tabaqueira.

Desta forma «A Tabaqueira» e a «Intar» passaram a constituir uma poderosa indústria de grande peso para a economia nacional.

Neste momento, produzem-se, anualmente, cerca de 12 000 toneladas de produto acabado a que corresponde um lucro de 340 000 contos, apenas para a indústria. Esta soma é acrescida de 5 milhões de contos de impostos que revertem a favor do Estado.

### UM ANO APÓS A NACIONALIZAÇÃO

Um ano após a nacionalização da indústria, deslocámo-nos a Albarraque onde tivemos uma conversa com alguns camaradas das Comissões de Trabalhadores de «A Tabaqueira» e da «Intar».

Neste momento, a Indústria dos tabacos está longe de dar prejuízos, antes pelo contrário, começou por nos declarar o camarada Carlos Braga. E prosseguiu: Quanto a postos de trabalho esperamos admitir, até ao fim do ano pelo menos cerca de 200 pessoas. Para tanto, elaborámos já um plano de admissão que em breve irá ser posto em prática. Por outro lado, até ao 25 de Abril «A Tabaqueira» detinha mais de 50 por cento da produção dado que trabalhamos por turnos até à meia-noite. Com a nacionalização, a «Intar» passou, em breve, a trabalhar nos mesmos moldes. Quer isto dizer que a produção irá aumentar.

O plano de admissão de novos trabalhadores de que nos falou o camarada Braga é na verdade, exemplar pelo que passamos a transcrever um dos seus passos mais significativos:

- 1 — Respeitar a ordem de inscrição;
- 2 — Estar desempregado;
- 3 — Ser chefe de família, mães solteiras, maridos cujas mulheres não trabalham, viúvas, divorciadas e filhos amparos de famílias;
- 4 — Não considerar o local de residência como impeditivo para a admissão;
- 5 — Prestação de prova: exame médico e psicotécnico;
- 6 — Idade limite 18 aos 45 anos.

Eis o resultado do Controlo Operário que, exemplamente, tem sido posto em prática pelos camaradas da indústria tabaqueira. Mas, sobre isso falar-vos-emos um pouco mais adiante.

Mas, nem tudo são facilidades. Quanto a alguns dos problemas que têm surgido, o camarada Carlos Braga adiantou-nos: Até há pouco tempo importávamos o tabaco não só das ex-colónias bem como de diversos pontos do Mundo. Acontece que muitos desses países deixaram de exportar. Estão, por isso, já em marcha diversas experiências de cultivo de tabaco no nosso País, nomeadamente na região de Conche e no Norte. É claro que não produziremos um tabaco de excelente qualidade mas reunirá as condições necessárias para uma boa fabricação. Também os filtros, até há bem pouco tempo, eram importados. Dentro em breve, passarão, igualmente, a ser fabricados por nós. Tudo isto implica, mais uma vez, a criação de novos postos de trabalho.

### «O PAPEL DA MULHER É DECISIVO»

Mais de 50 por cento da mão-de-obra da indústria tabaqueira é constituída por mulheres. Ouvimos, por isso a opinião de algumas das camaradas que conosco falaram.

Eis as palavras de Magda Costa: Neste momento, o papel das mulheres na nossa indústria é decisivo. De resto, tanto as Comissões de Trabalhadores como o Secretariado conjunto da

«Tabaqueira» e da «Intar» é constituído por mais de 50 por cento de mulheres. Antes do 25 de Abril éramos altamente exploradas uma vez que a nossa mão-de-obra era mais barata. Na «Intar», por exemplo, o ordenado médio para uma mulher era de 2 000 \$00 e aqui, na «Tabaqueira», de 4 000\$00. Com a conquista da nacionalização o ordenado médio praticado é de 7 500\$00 tanto para os homens como para as mulheres. Neste momento, na nossa indústria,



estabeleceu-se para função igual, salário igual. Em lugares de chefia ainda existe uma certa desigualdade, mas tende a desaparecer. Aliás, sabemos perfeitamente que não se pode fazer tudo de repente.

Penso, por outro lado, que aqui, na «A Tabaqueira», as mulheres conseguiram já atingir, por assim dizer, uma certa isenção. Já não está tão condicionada pelo camarada de trabalho que, geralmente, até é seu marido. Ao trabalharem lado a lado o marido acaba por dar valor.

A propósito, uma outra camarada presente, Rosa Costa, salientou: É claro que existem muitos postos de trabalho mais próprios para os homens. Por vezes temos de pagar em pesos de 30 ou 40 quilos, durante o dia inteiro, em movimentos ritmados para não quebrar a produção.

Mas, se na «A Tabaqueira», as condições de trabalho poderão ser consideradas razoáveis, o mesmo já não sucede em relação à «Intar».

Vejamos as declarações de Alice Cardoso: Na «Intar» as condições de trabalho são

muito piores. No entanto, esperamos, também dentro em breve, resolver muitos dos problemas existentes. Nas instalações em Cabo Ruivo, durante o inverno quase que congelamos e no Verão o calor é insuportável. Inclusive, nem chegava a chover lá dentro. Por outro lado, não estamos tão bem apetrechados como a «A Tabaqueira». Temos grandes problemas com o pó do tabaco principal causador da tabacose, doença própria da nossa profissão. Tanto na «Intar» como na «A

funciona desde a produção até ao sector administrativo.

Indagámos, em seguida, a forma como tem sido aproveitado o Centro Social da «A Tabaqueira». A partir do 25 de Abril, o Centro Cultural passou a ser gerido pelos trabalhadores. Desde há um ano que temos feito todos os esforços junto do Ministério da Educação no sentido de criarmos aqui um liceu uma vez que as instalações do nosso Centro têm todas as condições para isso. O liceu poderia beneficiar não só os

«Tabaqueira», são também frequentes os casos de espondilose e varizes.

### CONTROLO OPERÁRIO DA PRODUÇÃO

Quisemos, em seguida, saber de que forma se processa o Controlo Operário da Produção. Um dos nossos entrevistados explicou-nos: Possuímos desde 16 de Outubro do ano passado um regulamento aprovado em Plenário de Trabalhadores. Ai se encontra instituído o Controlo Operário, sendo apontadas as tarefas que deverão ser postas em prática a todos os níveis da produção. De forma esquemática, encontramos nos organizados da seguinte forma: Existem 5 grandes sectores divididos em secções ou zonas de actividade. São eleitos delegados de serviços que, agrupados, formam as Comissões de Controlo do Sector. Destas Comissões de Sector são eleitos 17 elementos que, após serem ratificados em Plenário, formam a Comissão de Trabalhadores. Tudo isto

nossos filhos como todas as crianças de Albarraque. De resto, nós trabalhamos em estreita colaboração com os órgãos de poder popular locais. «A Tabaqueira» até aqui não passava de um campo de concentração. Tratava-se de uma obra de fachada para mostrar aos estrangeiros.

### PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES

Finalmente, um dos nossos interlocutores dirigiu as seguintes palavras a todos os trabalhadores portugueses:

Queremos dizer que estaremos sempre ao dispor de outras Comissões de Trabalhadores caso precisem de ajuda. Toda a nossa luta se tem desenrolado no sentido de contribuímos para uma maior unidade de todos os trabalhadores. Não nos pouparemos para acabar com o capitalismo e o fascismo e faremos todos os esforços para construir uma sociedade em que não existam nem explorados nem exploradores.



# IDEIAS ACTIVIDADE DA UNIÃO DOS SINDICATOS DE COIMBRA

Aproveitando a estadia em Lisboa dos nossos camaradas Carlos Dias e Jorge Lopes, dirigentes da União dos Sindicatos de Coimbra, «ALAVANCA» quis ouvi-los para poder dar aos seus leitores uma panorâmica do intenso trabalho sindical e social desenvolvido pelos membros dessa União.

Como surgiu a ideia da Constituição dessa União e quais as dificuldades que tiveram de vencer para que fosse a grata realidade que é actualmente?

## COMO NASCEU A UNIÃO

Carlos Dias: A União dos Sindicatos de Coimbra surge inicialmente sob o nome de Intersindical Distrital e conhece os seus primeiros dias de existência logo após o 25 de Abril, em reuniões que se processaram no Sindicato dos Electricistas. A preocupação imediata foi a de destituir as direcções que não mereciam a confiança dos trabalhadores, que pertenciam à estrutura corporativista, e colocar nessas direcções elementos que merecessem a confiança dos trabalhadores. Paralelamente, havia sindicatos que, pelo seu trabalho, mereciam à partida a confiança dos trabalhadores que representavam.

Logo desde o início, procurou-se pôr em prática um trabalho com certa estruturação, e assim sucedeu até que ocupámos o edifício da FNAI, tendo sido os únicos, a nível nacional, a fazer dessas reuniões. Tomámos conta, pois, desde o início, daquela que é hoje o edifício do INATEL. O trabalho desenvolveu-se inicialmente, portanto em tarefas prioritárias e desde logo se desenhou um largo consenso de unidade entre todas as correntes e entre todos os trabalhadores, unidade que veio a prevalecer até hoje. Elaboraram-se os Estatutos provisórios, depois os Estatutos definitivos, dividiram-se, portanto, os militantes sindicais por diversas tarefas, tomando em conta diferentes sectores. A União foi, pela sua própria prática, encontrando a sua dinâmica até chegar aquilo que é hoje: um conjunto de sindicatos bastante amplo. É de salientar que, à excepção de três sindicatos do distrito, todos os outros estão representados na Intersindical e, consequentemente, na União dos sindicatos de Coimbra, assim como as suas delegações.

## ESFORÇOS PARA A UNIDADE

Sucedeu que apesar de três dos sindicatos não se encontrarem filiados na Intersindical, nunca por nunca o secretariado da União dos sindicatos deixou de mandar toda a sua informação, todas as suas circulares, a esses sindicatos. E nunca também deixou de os convidar a estarem presentes a todas as suas reuniões e a todas as iniciativas que tomámos, reuniões em que, e isto é muito importante dizer, esses sindicatos participaram, em igualdade com todos os outros sindicatos filiados, quer na discussão, quer na própria votação. Isto tem um reflexo francamente positivo na estrutura sindical do distrito e veio transmitir, na prática, esta unidade que agora se verifica a nível nacional. A unidade, nós a mantivemos sempre no distrito de Coimbra, mesmo através de todas as vicissitudes deste processo em que temos vivido.

Presentemente, o secretariado da União é composto por sete elementos efectivos e três elementos suplentes, mas contamos com diversos grupos em trabalho para auxiliar estes quadros em todas as imensas tarefas que lhes são postas. Temos, evidentemente, tarefas

prioritárias e estamos empenhados essencialmente nas seguintes:

- Organização do sector agrícola;
- Organização do sector de pescas;
- Organização do sector das empresas em cooperativa ou em autogestão;
- Sector de jovens e das mulheres trabalhadoras;
- Sector de Informação;
- Sector de formação sindical;
- E sectores da Previdência Social, que têm grupos de trabalho bastante activos e que têm desenvolvido um trabalho meritório.

Recentemente, e este recentemente não se define em tempo mas tão só por ter sido o último, constituiu-se um

Combra e, depois, tentar a unidade dos dois outros distritos com o nosso Assim, pois, nós, durante este mês, iremos fazer assembleias de todos os agricultores nas zonas do distrito, tendo como objectivo, no fim deste mês, ou logo nos primeiros dias do mês seguinte, um plenário geral de todos os agricultores para a aprovação dos Estatutos e, portanto, passar definitivamente à formação do Sindicato.

Esta formação do Sindicato no distrito de Coimbra é premente, porque ainda não existe nada que possa defender os agricultores nessa zona. A única coisa que existe é uma Lei que data ainda do Código Civil de 1867, que nos seus artigos de despedimentos, por exemplo, que era aliás a Lei que regia em todo o país, dizia que o agricultor que fosse despedido teria direito apenas a receber o resto do dia em que estava a trabalhar. Ora isto alerta-nos para que o trabalho de organização dos agricultores naquela zona seja já imediato, porque os despedimentos continuam a surgir, pois que a CAP parece que não trabalha

quinta, que tem 120 trabalhadores, no Vale Mondego, já está organizada, tem feito até cadernos reivindicativos de tipo salarial e, até, reivindicações de tipo social, etc., em que também conseguimos, felizmente, boas vitórias. Portanto, isto também já dá uma ideia da organização que temos conseguido obter a nível de freguesias, e, por isso, parece-nos agora estarmos em condições de caminhar para um sindicato dos agricultores da zona centro que, com certeza, irá ser um sindicato forte.

## SECTOR DE PESCAS

Sobre o sector das pescas, neste momento parece-nos de muita força, pois temos por objectivo organizar rapidamente todo esse sector, porque o Sindicato Livre dos Pescadores, que pretende atingir todo o país, é um

sector, assim como unir os trabalhadores do frio, da seca do bacalhau e seca de peixe, etc. E nessa origem que nós estamos a tentar levar avanti uma unidade entre todos os pescadores, entre todos os trabalhadores-pescadores, porque nos parece a nós que essa unidade será de preservar a todo o custo.

## SECTOR DOS JOVENS

Carlos Dias: Nós temos também um departamento, que é o departamento dos jovens e das mulheres trabalhadoras. Este departamento, que tem os seus grupos de trabalho próprios, tem conhecido nestes últimos tempos uma dinamização intensa. O problema dos jovens no nosso País é um problema bastante específico, dada a impossibilidade de todos terem acesso à cultura e à educação, dum forma igual e justa, dada a grande dificuldade económica, sobretudo nos meios rurais, que fazem com que ainda se processem no nosso País certas formas escandalosas de exploração do trabalho.

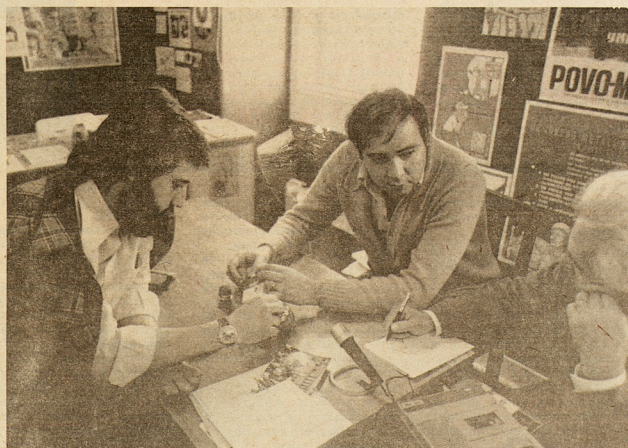
A actividade do Departamento dos Jovens da União, debruça-se essencialmente sobre o aspecto cultural, sobre a formação cultural e a ocupação dos tempos livres dos jovens trabalhadores e da importância que isto tem no seu aspecto formativo. Eles trabalham, portanto, em Coimbra, muito próximo do INATEL e com uma colaboração muito íntima com o INATEL. Aproveitando todas as suas estruturas, eles têm dinamizado, quer no campo desportivo, quer no campo cultural, quer no campo artístico, todas as suas actividades. É um sector de um vasto campo para trabalhar, e que inicialmente é bastante dinâmico, até porque há uma ansia das pessoas que o compõem e a quem se dirigem. E, portanto, temos a certeza que, num espaço de tempo relativamente curto, ele terá uma projecção que corresponde aos anseios desse sector juvenil.

## SECTOR DAS MULHERES

No que diz respeito às mulheres, a organização do departamento das mulheres em Coimbra está inserida dentro de toda a dinâmica do departamento das mulheres a nível sindical. É evidente que não pode haver uma separação, nem há, nem se pretende que haja, entre a luta das mulheres e a luta de todas as classes trabalhadoras. Portanto, as condições de trabalhar sempre adentro da sua luta comum. O que é factó é que, neste momento, dada também a exploração que este tipo de sociedade em que estamos inseridos, a profunda tradição, e onde a segregação do mulher tem sido uma realidade elas têm problemas muito específicos que transitoriamente precisaram de ser dinamizados dentro de um quadro também muito específico. E assim que surge este departamento das mulheres, que pretende essencialmente transmitir às mulheres trabalhadoras a sua verdadeira consciência de classe, a sua verdadeira dimensão, nos vários problemas que têm a afectar-las. E a forma de, em conjunto, as ultrapassar e resolver.

Portanto, elas têm problemas específicos e alguns conhecidos de todos nós, a falta de creche, a falta de infantários, as diferenças salariais, a segregação de que ainda são vítimas dentro dos locais de trabalho (tendo-se descoberto, aliás, nos próprios contratos colectivos, categorias fictícias, só para se justificarem salários mais baixos), a não representação das mulheres nos sindicatos em relação a mulher e ao homem, etc.

(Continua na pág. 13)



Departamento Internacional que tem desenvolvido nestes últimos tempos uma tarefa assaz árdua. Como está conhecido o Jurgo, que é responsável pelos sectores de pescas e de pescas, ele poderá dar uma ideia do que tem sido esse trabalho e dos objectivos que pretendemos alcançar nestes sectores.

## SECTOR AGRÍCOLA

Jorge Lopes: Sobre o sector agrícola, a União dos Sindicatos, neste momento, está de novo empenhada no trabalho de organizar o sindicato. O movimento sindical, como sabemos, tem tido várias fases, e essas fases têm-nos levado, por vezes, a deixar de lado certos aspectos para dar seguimento a outros que nos parecem mais urgentes. Um dos problemas que nos levou a um certo atraso é que nós inicialmente teríamos pensado em organizar três distritos de conjunto, que eram os distritos de Avôro e de Leiria, com o de Coimbra. Porém, na impossibilidade, pelo menos de momento, que os outros dois distritos têm de estar tão adiantados no aspecto organizativo como está a União dos Sindicatos de Coimbra, resolveu esta começar objectivamente pelo distrito de

apenas no sul e no norte, está também a trabalhar na zona centro. Temos tido alguns problemas de despedimentos, para os quais fazemos um tipo de trabalho idêntico ao de qualquer outro trabalhador: recorremos ao Ministério do Trabalho, fazemos inspecções nos locais de trabalho dos trabalhadores agrícolas; temos também chamado muitos patrões destes trabalhadores agrícolas ao Ministério do Trabalho; temos conseguido até algumas indemnizações para esses trabalhadores agrícolas, porque, na realidade, é bastante pontável porque neste momento, não havendo nenhuma legislação, isto são vitórias que temos que considerar. Temos tido também bastante cuidado, quando esses patrões são pequenos agricultores, e tentamos, efectivamente, apesar de sermos pela defesa do trabalhador, tornar numa outra maneira o processo, sobretudo tentando alcançar um local de trabalho para o trabalhador atingido, o que nos dá a convicção, portanto, de preservar a ideia revolucionária no que concerne aos pequenos agricultores.

Contudo, os problemas continuam a ser prementes. Neste momento, temos já algumas comissões de trabalhadores nos grandes latifúndios. Estes não são muitos, existem uma meia dúzia deles, na zona de Coimbra. Mas uma destas comissões de trabalhadores, que era uma

sindicato que, quanto a nós, neste momento, está a dividir os trabalhadores. Os trabalhadores das pescas, devido aos vários sindicatos que já existem em todo o País, de pescas e conservas, já estão organizados. Há, sim, que constituir uma Federação, e, portanto, não apolamos a ideia do Sindicato Livre dos Pescadores, que é da zona de Lisboa. Ele terá que ficar restringido ao seu distrito e não quer espalhar-se por todo o país, porque isso seria criar divisão entre os pescadores, visto nos estarem inscritos nuns sindicatos, outros estarem inscritos noutros, tudo isto leva a uma certa divisão e não cria a unidade entre os trabalhadores, que têm sido tanto ou mais explorados que os outros trabalhadores de todo o País.

Portanto, no sector de pescas da nossa zona, existe já um Sindicato na Figueira da Foz, com o qual neste momento estamos a começar a manter relações. É um Sindicato que se tem mostrado estar mais ou menos organizado, tem uma certa falta de apoio, mas nós pensamos que, através dos nossos contactos, ele começará a engrandecer-se e a beneficiar mesmo no seu tipo de unidade interior, pois que os vamos ajudar num trabalho que nos parece ser a nós de longo alcance. Vamos também tentar unir os trabalhadores das conservas ao sector das pescas, porque ele no fundo é apenas



# PREVIDÊNCIA:

O trabalho e as suas condições imediatas (controle da produção, remunerações directas, segurança no trabalho, etc.) são o presente. A Previdência é o futuro. Pois, é certo que, um dia, o trabalhador vai estar doente. Mais certo ainda é que, um dia vai ficar velho. De um modo ou de outro, será o momento de deixar de trabalhar, de não participar na produção directa e, por consequência, de se avolumarem riscos sobre o seu salário. A Previdência é a garantia de que o trabalhador não será, então, deixado ao lixo, peça gasta e inútil que não vale a pena mandar consertar. De que continuará a ter condições de vida decente. Se for uma Previdência a sério, é claro. Se não for como a «Previdência» fascista, que foi mealheiro para a guerra colonial em vez de o ser para os trabalhadores.

A Previdência é o futuro, mas nem sempre isso foi muito claro aos olhos dos trabalhadores. Quando as perspectivas de reforma não passavam de uns magríssimos escudos que haviam de vir, sabia-se lá como, quando o abono de família dependia da opinião do merceiro, quando não havia esperanças de sair desse triste estado de coisas, era difícil acreditar que o futuro podia estar ali, naquela Previdência degradada.

De então, para cá, porém, mudou alguma coisa. Talvez pouco, na prática. Muito, contudo, se pensarmos como o poder dos trabalhadores avançou nos últimos dois anos, apesar do desespero da reacção. Agora, os trabalhadores sabem que a Previdência é de facto sua, e a contem até que a Constituição consagra o direito que eles têm de participar na gestão e no contrato da Previdência, a todos os níveis. E a Constituição não é um farrapo de papel velho: é uma força. Tão nítida que contra ela se movem as manobras da reacção. É uma força, a força dos trabalhadores que levaram

## CONTROLO PELOS TRABALHADORES NA EMPRESA

à Constituição os homens que impuseram o seu carácter progressista.

### QUANDO É POUCO A TEORIA

Temos, portanto, que a Previdência é dos trabalhadores. Mas não basta que o seja em teoria: é preciso que os trabalhadores o saibam, o sintam, se sirvam da Previdência como é o seu direito, que ela funcione como é preciso. E é sabido que isso não está a acontecer.

Porquê? Todos sabemos porquê: porque «a Caixa» é uma entidade ainda distante, onde o trabalhador sente (com razão ou sem ela, mas quase sempre com boas razões) que ainda não manda nada. O trabalhador vai à Caixa, e sente-se lá como uma visita

quase de cerimónia, sem saber muito bem como falar e o que fazer. Não sente que aquilo é dele, não está à vontade.

Além disto, «a Caixa» é um organismo que, por um lado, recebe papéis e, por outro lado, entrega direitos (reforma, subsídios, abonos, etc.) Só que é longo o tempo que vai da entrega do papel ao pagamento do direito. Como se o papelucho tivesse um caminho comprido a percorrer, e o percorresse de má-vontade. Enquanto os trabalhadores esperam, esperam, esperam...

É claro que isto tem de acabar. Sabem-no os trabalhadores, e é o bastante. Por isso, dos próprios trabalhadores nasceu a ideia de, em certa medida, «levar a Caixa à Empresa». Como é que pode acontecer uma coisa dessas? Não é difícil (e, mesmo que o fosse, era preciso fazê-lo): basta que a Previdência seja controlada pelos trabalhadores na própria Empresa onde eles estão, assim se acabando com a distância entre os trabalhadores e Caixa, raiz de todos ou quase todos os males imediatos da Previdência. Parece exagero. Mas vamos a ver se o é.

### FAZER ANDAR AS COISAS

É sabido, por exemplo, que muitas empresas, muitos

patrões, não pagam à Previdência. E porque é que acontece uma coisa dessas? Poque é que as empresas podem guardar dinheiro que é dos trabalhadores, dispendê-lo no interesse dos patrões, e os trabalhadores nem o saberem senão mais tarde, em muitos casos? Está-se a ver que por «a Caixa ser longe». Com isto de «a Caixa ser longe» quer-se dizer que o controlo do pagamento das contribuições está, por agora, confiado à Caixa, geralmente instalada num sítio distante, onde os trabalhadores interessados vão poucas vezes de fugida. Que é como quem diz: trata-se de um controlo que está tão longe que mal se vê, e que escapa aos trabalhadores eventualmente lesados. MAS SE O PAGAMENTO FOR CONTROLADO NA EMPRESA PELOS PRÓPRIOS INTERESSADOS, ENTÃO AS CONTRIBUIÇÕES SERÃO MESMO PAGAS, porque eles sabem que o não pagamento os prejudicará.

Isto quanto ao pagamento. Mas há outras coisas. Há os abonos, para os quais é preciso fazer prova e que, depois dela feita, muitas vezes demoram. E, no entanto, os trabalhadores JÁ têm direito a um pagamento, AINDA estão à espera, e entretanto o dinheiro faz-lhes falta. Mesmo quando é pouco, que ao pobre todas as migalhas fazem falta. E quem

fala dos abonos fala dos subsídios diversos que também a Previdência paga, mas muito tarde para as necessidades dos trabalhadores, que são muitas e urgentes. Ora, TUDO SERIA MAIS RÁPIDO SE NA PRÓPRIA EMPRESA SE PROCEDESSE AO PAGAMENTO IMEDIATO DE TAIS VERBAS, o que seria possível porque os trabalhadores são lá muito mais conhecidos que na Caixa, dúvidas e erros seriam emendados mais depressa, e, sobretudo, PORQUE LÁ ESTÃO OS TRABALHADORES PARA FAZEREM ANDAR AS



COISAS QUE LHES DIZEM DIRECTAMENTE RESPEITO.

### CORTAR CAMINHO AOS ERROS

Estes são dois exemplos do que consiste, na prática, o controlo da Previdência na empresa, pelos trabalhadores. Não pense ninguém, contudo, que se trata de transferir para as empresas a burocracia que existe nas Caixas. Ou pior: que se quer criar nos locais de trabalho uma paralela (mais uma, livra!) à que já existe. O contrário é que é verdade: o controlo pelos trabalhadores na Empresa irá simplificar muita coisa, e vamos lá ver porquê. Vocês já pensaram nas montanhas de erros e dificuldades que se acumulam nas Caixas por ali não serem conhecidos os trabalhadores? São os nomes enganados, é o papelinho mal preenchido que é preciso devolver pelo correio, são as dúvidas que têm de ser desfeitas por correspondência (e o trabalhador não responde, pois não está acostumado a coisas dessas, não tem o treino do ofício) em vez de serem resolvidos com uma pergunta directa e breve... E mais: o próprio cálculo das contribuições, a declaração de ordenados e salários, a emissão do cheque e da guia, tem a ganhar com o controlo dos trabalhadores, porque assim se poderão evitar erros e defeitos que, se chegam a ser



come  
trabal  
Bem  
atê  
intenc  
com  
trabal  
todos  
ningu  
recele  
m u n  
sem-  
que se  
trabal  
a que  
apre  
eleva  
quer  
<pe

ca l  
manif  
N EN  
front  
Isto  
Ofer  
sobre  
é qu  
Previ  
inter  
em g  
tr a  
comp  
não s  
orden  
inter  
que

Qu  
de e  
final  
Previ  
deven  
saber  
da e  
mane  
Previ  
difer  
ver o  
traba  
(a P  
como  
há u  
se ol  
ares  
Previ  
um p  
traba  
e na  
recl  
probl



faia dos  
os que  
a paga,  
para as  
s dos  
io muitas  
O SERIA  
PRÓPRIA  
CEDESSE  
MEDIATO  
que seria  
a os  
lá muito  
na Caixa,  
seriam  
pressa, e,  
QUE LA  
ADORES  
IDAR AS

cometidos, dão depois muito trabalho a emendar.

Bem se sabe que haverá quem, até com a melhor das intenções, não esteja de acordo com a intervenção dos trabalhadores nestes aspectos todos. Nem isso pode espantar ninguém. Há sempre quem recuse mudar sistemas, por um mundo de razões e sem-razões. Por isso, é bom que se diga que, entre todos os trabalhadores da Previdência, a quem a questão tem sido apresentada (quer os de elevada especialização técnica quer aos executores mais de «periferia»), muitas e

a Previdência é uma máquina fria e sturda, uma casa onde não apetece entrar, uma engrenagem que não sabe como funciona. E assim, estão distantes um do outro, olhando-se como inimigos.

Mas não será assim quando os próprios trabalhadores dominarem da máquina complicada e quase antipática, os pontos e os momentos decisivos. Quando ao alcance das suas mãos, ali mesmo, na empresa onde trabalham, se apossarem das alavancas que desancadeiam os momentos que, na prática, são os mais importantes do funcionamento da Previdência: entrega de contribuições, pagamento de benefícios, andamento de papéis que agora parecem estar sempre encaalhados. Então, sim, será a SUA Previdência. Então a Caixa já não será um edifício longe onde não apetece entrar. Guse se pode dizer: então a Caixa estará na ponta dos seus dedos.

**COMO NO FUTEBOL**

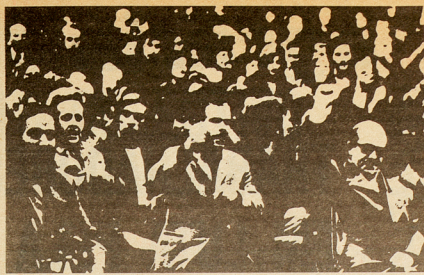
Na prática, como é que isto pode ser? Diz-se «controlo da Previdência pelos trabalhadores na empresa», é muito bonito, mas como é que se vai fazer? Será que o controlo vai ser feito ao mesmo tempo por todos os trabalhadores? Não vai isso resultar numa grande trapalhada?

É claro que não vai ser assim, todos a fazer o controlo. Se não é assim no futebol,

uma espécie de ponte entre duas realidades que não podem continuar separadas.

Quem diz um delegado dos trabalhadores à Previdência, diz mais de um. Tudo dependerá, quanto a isto, do volume das tarefas a cumprir, e parece natural que numa grande empresa esse volume seja maior que numa empresa pequena. O importante é que sejam cumpridas, e bem, as funções que lhes cabem.

E que funções? Ora vamos a ver. Controlar o pagamento das contribuições: averiguar se estão a ser pagas a tempo, se folhas e guias estão a ser preenchidos como é preciso, se os cheques entregues têm cobertura, etc. Controlar igualmente o pagamento de benefícios (subsídios de doença, abonos de família, outros subsídios), vendo bem se eles estão a ser pagos com a rapidez suficiente ou se há burocracias inúteis a entupir o andamento. E mais: servir de elemento de ligação entre as Comissões Administrativas da Caixa e os trabalhadores da empresa. E mais ainda: servir também de elemento de ligação com o movimento sindical, sobretudo em aspectos relacionados directamente com a Previdência, porque é preciso nunca esquecer que os trabalhadores de uma empresa NÃO PODEM PARECER-SE COM OS HABITANTES DE UMA ILHA ISOLADA DO RESTO DO MUNDO. Para eles, o mundo são os outros camaradas de todas as outras empresas.



Mas pode fazer muito mais: inclusivamente transmitir propostas de alteração, ideias para melhorar a Previdência. No fundo, o que é preciso é isso mesmo: melhorar a Previdência — que bem precisa, não é? E a Previdência só pode ser melhorada pelos trabalhadores: eles é que sabem do que precisam, como precisam. Dos trabalhadores é esta ideia de controlar a Previdência na empresa, não nasceu ela num gabinete com repositores de veludo e copos de whisky em salva de prata.

Para este aspecto (fundamentalíssimo, está-se mesmo a ver) de melhorar os esquemas, os processos, de acelerar, de deitar fora o que não preste, o delegado deve ser ouvido pela própria Caixa. E Entenda-se que a Caixa não faz favor nenhum nisso, porque o delegado é, nas suas funções, a voz e a vontade dos trabalhadores, dos

trabalhadores começaram por ser projecto.

**UMA PRÁTICA JÁ EM ARRANQUE**

Também o controlo da Previdência pelos trabalhadores da empresa ainda não é uma realidade, também é projecto. Já aqui e acolá, contudo, o projecto se torna prático. Já os trabalhadores experimentam tomar nas suas mãos o comando das contribuições que são o seu suor, dos benefícios que são o seu direito. Nalgumas empresas da área de Lisboa, de Setúbal, de Torres Novas (e provavelmente não só, provavelmente também noutros lados sem que o saibamos), pois para avançarem neste ou em qualquer outro campo não precisam os trabalhadores de darem cavaco ou pedirem licença seja a quem for), já há situações de controlo ao pagamento das contribuições, já há abonos pagos em antecipação relativamente ao marchar lento das Caixas. São tentativas, esboços, mas é preciso lembrar que assim é que se aprende: fazendo. Desde já o «Avancanca» promete voltar ao assunto, vindo aqui dar conta de como têm acontecido tais experiências, para que sejam lição para todos nós.

Entretanto, que fique bem claro que o bom funcionamento da Previdência exige que os trabalhadores tomem conta directamente do assunto, nas empresas onde trabalham. Que, deste modo, poderão ter a certeza de que as suas contribuições seguirão o caminho certo na hora certa. Que assim poderão garantir-se de receber abonos e subsídios rapidamente. Que do controlo dos trabalhadores irá nascendo, a pouco e pouco, mas seguramente, uma Previdência diferente: mais eficaz, mais nossa. O mesmo é dizer que alguns perigos que ameaçam os trabalhadores ficarão mais distantes: a velhice, a doença, a invalidez. O mesmo é dizer que poderemos todos passar a sentimo-nos um pouco mais livres. Porque liberdade concreta é também não ter medo do futuro.

S DIZEM  
PEPITO.

NHO  
S

mplos do  
prática, o  
lhadores  
contudo,  
ferir para  
racia que  
pior: que  
locais de  
la (mais  
existe.  
Ordades,  
alhadores  
mplificar  
os já ver  
pensaram  
erros e  
acumulam  
ão serem  
hadores?  
ados, é o  
chido que  
ver pelo  
idas por  
ia (e o  
esponde,  
tumado a  
o tem o  
vez de  
com uma  
breve... E  
culo das  
aração de  
ários, a  
de guia,  
controlo  
porque  
tarerros e  
gam a ser

calorosas foram as manifestações de aprovação e NENHUM foi o parecer frontalmente desfavorável. Isto quer dizer alguma coisa. Oferece-se-nos a nós, sobretudo, que quer dizer isto: é que os trabalhadores da Previdência, solidários com os interesses dos trabalhadores em geral, ficaram atentos à transformação e compreenderam inteiramente, não só as suas vantagens de ordem prática, mas também o interesse mais profundo de que ela se reveste.

**DOMINAR A MÁQUINA**

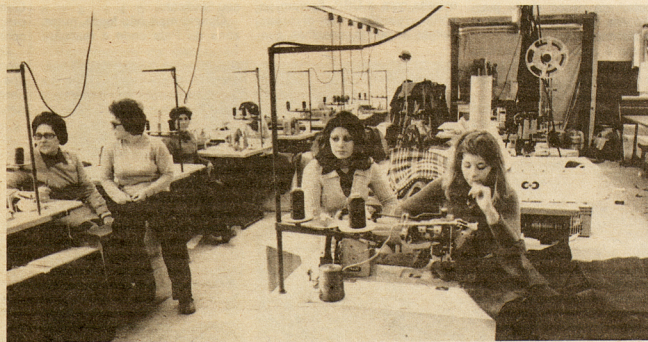
Qual interesse profundo? O de os trabalhadores, finalmente, sentirem que a Previdência é coisa sua, de que devem TOMAR CONTA. Mas saber concretamente, através da existência prática. Será a maneira de passarem a olhar a Previdência de um modo bem diferente do actual. Não será verdade que entre os trabalhadores e a Previdência (a Previdência concreta, tal como está agora, entendá-se) há uma certa hostilidade? Que se olham uns aos outros com are de poucos amigos? Para a Previdência, o trabalhador é um pouco o maçador, o que dá trabalho, o que só devia pagar e não aparecer nunca a reclamar direitos e a levantar problemas. Para o trabalhador,

onde não vão todos à bola ao mesmo tempo, porque é que havia de ser no controlo da Previdência. Então, no futebol como é? É distribuindo-se o jogo, é encarregando de uma função um só jogador da equipa. Pois também aqui, no controlo da Previdência, da equipa unitária e unida que tem de ser o conjunto dos trabalhadores da empresa, tem de sair, por escolha das camaradas de trabalho, um que será o delegado dos trabalhadores para a Previdência e, ao mesmo tempo, da Caixa junto dos trabalhadores. Assim como

**CAMINHO PARA MELHORAR**

As atribuições (isto é, as tarefas) dos delegados à Previdência são, portanto, as que aqui acabamos de enumerar. Mas só estas? Não, senhores. Isto não é estatuto com alíneas, onde só cabe o que está enumerado. As atribuições dos delegados hão-de ser aquelas que os seus camaradas entendam que devem ser, desde que tenham a ver com questões de Previdência. Lá que terá de controlar pagamentos e benefícios, isso é verdade.

verdadeiros donos da Previdência. Claro que não se trata de ele poder dar propriamente ordens: há outros trabalhadores, há outros delegados, há outras ideias. Mas tem de ser ouvido, e por isso há-de ter o seu lugar numa espécie de assembleia inventada para isso mesmo, para que nela os delegados dos trabalhadores e outras pessoas que têm a ver com a Caixa possam ir lá dizer o que têm a dizer. É o Conselho Consultivo Distrital da Segurança Social. Realidade já? Não, apenas projecto. Mas todas as conquistas dos





# agrária

## TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO NORTE: EM LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO RURAL

«NÓS precisamos de um SINDICATO que nos UNA e DEFENDA. Para haver SINDICATO DOS TRABALHADORES DO DISTRITO DE BRAGA, a lei exige que os ASSALARIADOS AGRÍCOLAS (cavadores, podadores, tratadores de gado, de aviários, tractoristas, feitores, trabalhadores de hortos, pomares, etc.) de TODOS OS CONCELHOS DO DISTRITO DE BRAGA votem a dizer que querem o seu SINDICATO».

Esses trabalhadores agrícolas de Braga, conscientes de que são unidos e organizados poderiam vencer na sua justa luta, foram votar!

Votaram no seu SINDICATO, livremente, porque sabem que o Sindicato os DEFENDE.

Antes, também os trabalhadores agrícolas do Distrito do Porto tinham votado para escolher o organismo de classe que os representaria.

É um pouco da história da luta destes nossos camaradas do Norte do País, que vos vamos transmitir.

Fundamentalmente, a luta dos assalariados agrícolas do Norte do País, que levou à constituição dos seus Sindicatos, é resultante da absoluta INEXISTÊNCIA de qualquer lei de trabalho.

Por este motivo, desde sempre, estes trabalhadores estiveram sujeitos a todas as prepotências e arbitrariedades dos patrões.

Os despedimentos, sem justa causa, tornaram-se uma constante, dirigida, sobretudo, a todos os assalariados que, directa ou indirectamente, começaram a intervir na vida sindical.

Estes camaradas não têm direito a férias, os domingos e os feriados não são pagos e os seus salários (porque não há uma lei que os regule) são de miséria.

Os assalariados agrícolas, através dos seus Sindicatos, têm enviado às entidades competentes várias moções, exigindo a publicação urgente de legislação que regule o contrato de trabalho agrícola.

As respostas têm sido de circunstância, isto é, afirma-se que o assunto «mereceu a melhor atenção» e que «espera oportuna inserção na Agenda»...

E, no entanto, o assunto é urgente e os problemas estão por resolver!

### LUTAR PELO CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO

Neste sentido, consideramos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Porto e de Braga

A partir dessa data, durante cerca de um ano, lutaram pela organização e formação do Sindicato.

### APOIO DA USP À LUTA DOS SINDICATOS AGRÍCOLAS

De salientar, a actuação da União dos Sindicatos do Porto que, mercê do esforço desenvolvido, no sentido de apoiar por todas as formas a capacidade organizativa latente nos assalariados, terá dado um contributo decisivo na rápida e eficiente organização dos citados Sindicatos.

Portanto, em colaboração estreita com a USP, fizeram-se várias reuniões em diversas quintas de outros concelhos, que

que, a partir do momento em que a Constituição da República, no seu articulado, contempla as situações de despedimento sem justa causa, as formas de luta a adoptar em casos deste jaez, serão em conformidade com o cumprimento integral da lei.

Como é natural, as questões salariais (a sua adequação), fazem parte do caderno reivindicativo dos Sindicatos.

Se atentarmos no facto dos assalariados agrícolas trabalharem de sol a sol, durante seis dias da semana e ganharem salários como estes, escolhidos ao acaso:

DIA — 70\$00, 90\$00 e 65\$00;  
QUIZENA — 1680\$00, 780\$00 e 700\$00;  
MÊS — 2090\$00.

bem poderemos compreender a urgência de serem assegurada, por Lei, uma justa tabela salarial, que ponha cobro à exploração desenfreada de que são vítimas.

Todavia, a luta pela formação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto, situa-se, muito particularmente, na Quinta da Avelada (Penafiel), onde os trabalhadores, ainda antes do «25 de Abril», alcançaram a única CONVENÇÃO DE TRABALHO, que vigora no Norte, para o sector agrícola.

Nessa empresa agrícola, quinze dias antes do «25 de Abril» os assalariados conseguiram as 48 horas semanais e o direito a feriados pagos; aí, os homens vencem, geralmente, 160\$00 a 170\$00, diários, enquanto as mulheres ganham 120\$00.

Governo), em 19 de Dezembro de 1975.

De referir, pela importância histórica de que se reveste, a próxima eleição dos corpos gerentes daquele Sindicato, no dia 30 de Maio, na sede, sita em Penafiel.

Desde já, o «Avancanca» endereça aos futuros Corpos Gerentes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto, as mais calorosas saudações sindicais.

### A REACÇÃO TEM PÉS DE BARRO

Por outro lado, como já foi referido, os assalariados do Distrito de Braga também têm o seu Sindicato.

Quanto mais não fosse, numa zona do País onde a reacção,

assalariados organizaram várias reuniões de esclarecimento, que culminaram numa Assembleia, realizada no dia 11 de Abril de 1975, no Sindicato dos Têxteis de Barcelos, onde se procedeu à eleição da Comissão Directiva do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Braga.

De momento, os trabalhadores aguardam, unicamente, que seja publicado no Diário da República, o respectivo processo de registo do Sindicato.

Referimos, como curiosidade, o facto de os principais núcleos, de onde partiu a actividade para a formação deste Sindicato, se situarem nas Quintas S. Miguel e St.ª Maria, de Barcelos (propriedades de um grande senhor da terra, de nome Vinagre), e na Quinta da Compostela, Famalicao, cujo proprietário é, o por demais conhecido, Manuel Gonçalves...

O avanço inexorável do processo de organização e luta dos explorados, contra os seus opressores, não se queda nestes dois Distritos.

### SOLIDARIEDADE NÃO É PALAVRA VÃ...

Podemos informar que em VILA REAL DE TRÁS-OS-MONTES, assim como em VIANA DO CASTELO, existem vários núcleos sindicais que estão interessados em ver constituídos, ali também, Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas. Para já, prevê-se que, muito em breve, em Vila Real de Trás-os-Montes, isto seja uma realidade...

É que os assalariados agrícolas, no Norte, como os trabalhadores agrícolas, no Sul, não estão isolados.

A solidariedade não é uma palavra vã. Provas sobejas do contrário têm sido dadas, de apoio moral e financeiro, por parte de vários sectores do trabalho, aos homens da Reforma Agrária, do Norte e do Sul.

Quase todos os Sindicatos do Porto têm afirmado o seu apoio incondicional aos camaradas dos Sindicatos Agrícolas, quanto a secundarem as suas justas



José Pinto — membro da Comissão Directiva do Sindicato

englobaram a participação de muitos assalariados.

Esta fase do processo terminou com a realização de uma Assembleia (a.5.ª), em 20 de Agosto de 1975, na qual foram aprovados e eleitos os Estatutos que iriam reger a actuação do Sindicato.

Estes foram tomados oficiais, através da sua publicação no Diário da República (ex-Diário do

pensa(va) que tem os pés bem assentes na terra, mais esta conquista (vitória) dos trabalhadores, só demonstra quanto os sonhos dos reacçãoários assentam em «pés de barro», sempre que as classes laboriosas se unem e organizam!...

Também aí, e em íntimo contacto com a USP/Intersindical, os





# NA INDÚSTRIA CONSERVEIRA ESTÁ UM CONTRATO COLECTIVO EM MARCHA!

reivindicações, por uma legislação de trabalho.

Também não tem faltado o apoio financeiro. Os Sindicatos dos Marceneiros, Bancários (545 contos), Porteiros e Metalúrgicos (100 contos), pelo menos, já o demonstraram.

É claro que nem tudo são rosas.

Os ataques reaccionários são muitos e variados, mas situam-se, sobretudo, em procurar dividir os trabalhadores, lançando-os uns contra outros.

Pretendem os reaccionários que os Sindicatos Agrícolas, através das reivindicações salariais para os assalariados, vão prejudicar os rendeiros, uma vez que os JORNALISTAS também lhes irão exigir aumentos salariais...

Nada mais injusto e falso! O jornaleiro não é um assalariado agrícola. O jornaleiro não está representado no Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. Só os jornaleiros trabalham com os rendeiros.

Por outro lado, o próprio Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte (MARN), reconhece as razões e a justa luta dos Sindicatos Agrícolas; o caso oposto é, igualmente, uma verdade.

## O 1.º DE MAIO E A IMPRENSA NORTENHA

Senão como poderíamos compreender que a grande festa dos Trabalhadores, o 1.º de Maio, tivesse sido organizado CONJUNTAMENTE PELO MARN e pelos SINDICATOS DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO PORTO E DE BRAGA?

E que lá tivessem estado, LADO A LADO e UNIDOS, talvez pela primeira vez, RENDEIROS e ASSALARIADOS AGRÍCOLAS?

A falta de informação correcta e objectiva é considerada, pelos camaradas dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, como um factor de desânimo.

Acusam, sobretudo a Imprensa nortenha, de não ter feito a cobertura do 1.º de Maio (no que respeita às comemorações organizadas pelo MARN e pelos Sindicatos Agrícolas) apesar de, para tal, terem sido convidados.

Salientam, também, que, após o 25 de Novembro, lhes foi negado o acesso aos órgãos de informação do Porto, ao contrário do que se passava antes dessa data.

Acusam, ainda, a Radiodifusão de também não ter estado presente.

Não esquecem, todavia, de salientar a cobertura REALIZADA pela RTP.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas irão, pois, denunciar publicamente, o comportamento da Imprensa nortenha, divulgando-o por todos os Sindicatos do País.

Mas não existem obstáculos insuperáveis.

Os assalariados agrícolas e os rendeiros sabem-no. Por isso se organizam e unem. Por isso, o Norte vencerá!

No sector das indústrias conserveiras, são cerca de 11 mil, os trabalhadores que, por inexistência de um Contrato Colectivo de Trabalho, vivem de um salário médio que ronda a casa dos 2000\$00 mensais, a quem não é garantida a laboração durante 45 horas semanais e que estão sujeitos a todo o tipo de doenças profissionais que os envelhecem precocemente, sem que, todavia, tenham, pelo menos, uma contrapartida, para a sua velhice, através da institucionalização de um regime complementar de Previdência.

Neste sentido, e para obstar a estes inconvenientes, e não só, os trabalhadores deste sector, fizeram a entrega, há cerca de 15 dias, às Associações patronais, de uma proposta de revisão contratual, que consubstancia as suas fortes aspirações.

Assim, a proposta sindical, que foi entregue às Associações patronais do Norte e do Sul, no que diz respeito à indústria de conservas, e de Lisboa, no que respeita aos armadores das pescas longínquas, resultou do facto de, a vigência do anterior Contrato, caducar no passado dia 1 de Maio.

Nesse sentido, os quatro Sindicatos da Indústria de Conservas apresentaram, em tempo oportuno, a essas Associações, uma proposta sindical, que pretende ser um Contrato de âmbito nacional e vertical, pois procura agregar todas as pessoas que trabalham nas fábricas, independentemente das suas funções.

Participaram na elaboração desta Convenção Colectiva, para além dos Sindicatos das Indústrias de Conservas, os Sindicatos dos Fogueiros de Mar e Terra, do Sul, e dos Armazéns do Porto, Electricistas do Norte, Centro e Sul. Não foi possível, por diversas razões, a participação das Federações dos Empregados de Escritórios, mas sabe-se que a Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos está interessada em participar na fase das negociações.

Portanto, resumindo, temos um Contrato que foi apresentado (conforme determinava a Convenção anterior, até fins de Abril) às Associações patronais, subscrito pelos Sindicatos da Indústria de Conservas e por outros, na tentativa de se construir um Sindicato de ÂMBITO NACIONAL E VERTICAL!

## ASSEGURAR O DIREITO AO EMPREGO

Por sua vez, o articulado proposto, pretende introduzir algumas inovações e aquilo que, talvez, seja mais significativo, que se localiza no DIREITO AO EMPREGO.

Cabe aqui referir que este sector deve ser, nos sectores industriais, aquele que está numa situação de maior debilidade e,

talvez, até, mais marginalizado.

Com efeito, cerca de 11 000 trabalhadores, não têm garantidas as 45 horas de trabalho semanal, previsto no CCT pelo que não usufruem de um salário «normal». A Convenção Colectiva que agora foi denunciada, garante, de Fevereiro a Maio, um horário semanal de 24 horas, e outro de 32 horas, de Junho a Janeiro...

Isto significa que, durante muitos meses, as operárias desta indústria, não consigam levar para casa, durante o mês, mais que 2 mil escudos!...

A salientar, portanto, que dum ponto de vista qualitativo, uma das mais importantes reivindicações seja a de garantir o pleno emprego, de modo a



assegurar aos trabalhadores, ESTABILIDADE ECONOMICA.

Pretende-se, igualmente, disciplinar as condições de trabalho extraordinário e garantir a todos os trabalhadores, qualquer que seja a sua função, regalias idênticas, no que respeita ao subsídio de Natal e ao subsídio de férias, acabando, portanto, com as situações de discriminação que se colocam no interior das fábricas. Por exemplo, os trabalhadores empregados de escritório têm direito ao gozo de 30 dias, enquanto as operárias, que constituem o grosso dos trabalhadores, não têm mais

que 18 dias úteis, sem direito aos 100 por cento.

Outro aspecto que também merece ser realçado é a tentativa criada nesta convenção, no sentido de garantir aos trabalhadores um regime complementar de PREVIDÊNCIA.

Como é do conhecimento de todos, os salários deste sector são extremamente modestos. Teoricamente, ao nível do Contrato e admitindo que toda a gente trabalhava 45 horas (o que não se verifica) as pessoas teriam, em média, cerca de 4600\$00; mas, uma vez que existe o trabalho parcial, o vencimento médio pouco ultrapassa os 2000\$00!...

## REGIME COMPLEMENTAR DE PREVIDÊNCIA

Ora, na altura da «reforma», mercê destes valores muito baixos, as pessoas não têm nenhuma garantia. Acontece que há trabalhadores que estão ao serviço das empresas durante 40 e, até, 50 anos; é, pois, necessário que as entidades oficiais sejam responsabilizadas,

trabalho são muito más), como o reumático e as doenças da pele e, como tal, envelhecem muito mais depressa do que as outras. Para isso, bastaria olhar para os semblantes destes



trabalhadores, para adivinharmos a sua velhice precoce.

Outro aspecto, é o de dar aos delegados sindicais mais garantias de poderem executar, livremente, a sua função e oferecer maior segurança a todos que exerçam uma função sindical dentro das empresas. Ainda de salientar a necessidade de regulamentar os processos disciplinares, dentro das empresas, de forma a evitar que os trabalhadores possam ser despedidos, sem que haja normas correctas e eficazes, no sentido de neutralizar as prepotências dos chefes e da administração, de acordo com o consignado na Constituição, respeitante a esta matéria.

Finalmente, pretende-se, também, garantir aumentos de vencimentos que traduzam os valores elevados do AUMENTO DO CUSTO DE VIDA. A tabela salarial está feita em termos extremamente correctos, pois se teve em conta o aumento de custo de vida verificado entre Maio de 1975 e Maio de 1976 (cerca de 25%). No entanto, estabeleceu-se uma tabela diferenciada (isto é: aumentaram-se mais os que menos ganhavam e vice-versa), pelo que a amplitude em termos percentuais vai de 20 a 40 por cento.

Concretamente, em relação às operárias (cerca de 90% dos trabalhadores do sector) o





# NA INDÚSTRIA CONSERVEIRA ESTÁ UM CONTRATO COLECTIVO EM MARCHA!

(Continuação da pág. 11)

vencimento ascenderia de 4300\$00 para 5700\$00.

Em linhas gerais, são estes alguns aspectos que constam do articulado agora proposto às entidades patronais.

## INTEGRAR OS TRABALHADORES DA SECA DO BACALHAU

Outro aspecto que também merece ser evidenciado, é o facto de estes Sindicatos (como sede em Matosinhos, Peniche, Setúbal e Orlhão), dum ponto de vista estatutário, representarem, não só os trabalhadores da indústria de conservas, mas também aqueles que exercem a sua actividade na SECA DO BACALHAU.

Portanto, do ponto de vista sindical, a seca do bacalhau, está representada por este sector. É, pois, legítimo e normal, reflectindo um ponto de vista correcto, que estas direcções chamassem a si a integração dos trabalhadores da seca do bacalhau, neste Contrato.

É, não só, uma medida justa como até vai procurar normalizar uma situação incorrecta, dado que este sector estava afastado de qualquer Convenção. Assim, também, se val dar mais força a uma Convenção que, quanto mais pessoas tiver que a ela adiram, mais facilmente constituirá um bloco, muito amplo e profundo, que faça frente ao patronato.

Um facto que se poderá antever, sem grande margem para erro, será que, um dos argumentos a utilizar pelo patronato, incidirá sobre a crise que o sector atravessa, com alegada incapacidade de económica, para suportar os encargos inerentes a esta nova Convenção...

Devemos salientar que a Convenção foi feita em termos extremamente rigorosos, o aumento do custo de vida calculado em termos científicos, e a tabela salarial acompanhando a degradação do aumento do custo de vida.

Rigorosamente, sob o ponto de vista da argumentação, o patronato não poderá opor-se às direcções sindicais; no entanto, eles talvez vão utilizar um outro estrategia, dizendo que não têm matéria-prima, que escasseia o peixe e que, por isso, não há possibilidades de trabalhar. Logo, não haverá possibilidades de produzir e, assim, os lucros serão, forçosamente, modestos.

Cabe salientar que, pelas informações recebidas através dos trabalhadores da indústria, dos pescadores e até de amigos que estão à frente da gestão de algumas fábricas, se pode

concluir que este argumento é FALSO!

Os pescadores garantem que não há falta de matéria-prima. O que existe, sim, é um boicote declarado, por parte das entidades patronais, no sentido de criar conflitos laborais e, inversão, de não fazerem uma inversão na sua gestão normal.

## NÃO MAIS DEITAR O PEIXE PELA BORDA FORA

Os dirigentes sindicais afirmam (e todos o sabemos), que grandes toneladas de peixe são atiradas ao mar ou vendidos a preços irrisórios, para a sua transformação em guano e farinha de peixe, portanto, sem que essa matéria-prima tenha um aproveitamento correcto.

Existem algumas fábricas, cujos gestores (os trabalhadores) garantem que não têm tido falta de matéria-prima; ai, acontece um facto «singular»: garantem aos trabalhadores um ordenado cem por cento superior ao que é dado por outras fábricas e, até, têm FALTA DE MAO-DE-OBRA!

Com todos estes testemunhos, combater certos industriais que alegam a falta de matéria-prima, não se torna tarefa difícil.

O que se verifica é que estes industriais não querem estar sujeitos ao aumento da matéria-prima, que lhes irá prejudicar, substancialmente, as margens de lucro a que estavam habituados. Como têm um conceito retrógrado de gestão, querem ganhar muito, de uma só vez...

Isto não quer dizer que não haja carências de infraestruturas ao nível do sector das capturas e da transformação do peixe.

É evidente que uma rede de frio, a existir nos diversos portos do nosso País, bem como um circuito correcto da comercialização e, sobretudo, uma gestão racional de stocks, podia determinar um aproveitamento mais correcto dessa matéria-prima e possibilitaria uma produção normal, durante o ano.

## REESTRUTURAR A INDÚSTRIA

Também é evidente que a grande maioria dos gestores não têm capacidade de gestão, não são capazes de aprovisionar a matéria-prima, como se imporia e, daí, portanto, que, com a inexistência de uma rede de frio, os problemas surjam. Mas não são tantos, que possam comprometer o articulado do novo Contrato proposto!

Os trabalhadores não estão, no entanto, exclusivamente interessados em reivindicações



salariais; e eles interessa, igualmente, a reestruturação da própria indústria.

Além dos pontos já apresentados, os trabalhadores estão empenhados na existência de um CONTROLO DE GESTÃO, no sentido de poderem detectar eventuais fugas na contabilidade, nomeadamente através da subfacturação e sobrefacturação (formas usadas pelo patronato para argumentarem a «modéstia» dos seus lucros). O escoamento correcto dos produtos acabados (conservas) é outra das reivindicações dos trabalhadores.

Não se justifica, de modo nenhum, que este País e a maior parte dos industriais estejam ligados a um único comprador, pois isso determina um tipo de controlo e um abaixamento do preço desses produtos.

Se houvesse uma grande diversificação da exportação, sobretudo para os grandes mercados que se situam nos países socialistas, haveria possibilidade de um escoamento mais rápido e com valores mais elevados.

A maior parte das empresas do sector situa-se na zona das pequenas e médias indústrias. Efectivamente, das 110 fábricas inventariadas, com cerca de 12 mil trabalhadores, cerca de 60 por cento das fábricas têm menos de 100 trabalhadores. Apenas 5 por cento têm mais de 200 trabalhadores. Estes não estão interessados que, esta estrutura seja neutralizada, pois têm como grandes objectivos, a luta contra os monopólios, as multinacionais, os latifundistas, os grandes intermediários, etc...

## AMPLA MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Os trabalhadores, e as suas organizações, pensam que lhes vão ser levantados muitos problemas, muitos obstáculos, pois é preciso não esquecer que os grandes tubarões fascistas estavam localizados neste sector.

O Tenreiro e os seus laçaios dominavam as pescas,

dominavam a comercialização; por sua vez, a comercialização tem efeitos negativos na própria indústria, e, dado que não houve saneamentos, nem a nível dos sectores, nem a nível do aparelho de Estado, admitem os trabalhadores o aparecimento de muitas resistências à sua luta.

No entanto, os Sindicatos têm dado provas de grande ponderação e, sobretudo, irão desenvolver, a partir das negociações, uma ampla mobilização do sector, no sentido de todos os trabalhadores estarem, permanentemente, informados sobre o desenrolar das negociações.

Para além dessa informação a os associados (os trabalhadores da indústria), dar-se-á, também, conhecimento destes

acontecimentos, não só à população, como a todos os Sindicatos, com vista a sensibilizar a opinião pública para a situação dramática em que laboram, hoje em dia, estes trabalhadores.

É preciso não esquecer que, quer ao nível do sector primário, quer ao nível do sector secundário e terciário, as condições de trabalho, as faltas características deste sector (salários), determinam que a indústria das conservas seja um sector onde o «25 de Abril» ainda não fez sentir a sua influência progressista, no sentido de alterar não só a correlação de forças mas, também, determinar melhores níveis de vida, com um padrão mais aceitável de vivência, quer de natureza sindical, quer de natureza social.

# SOLUÇÕES CONTRA OS TRABALHADORES NÃO SÃO SOLUÇÕES

(Continuação da pág. 4)

momento qualquer solução viável, eles afirmam: «Se alguma vez foram apontadas soluções, elas foram contra os legítimos interesses dos trabalhadores». E apontam casos concretos: «Em Dezembro, a Secretaria de Estado dos Investimentos Públicos por intermédio da Subsecretaria, tinha como parecer que a nomeação de uma Comissão Liquidatária para a Mesa seria a melhor solução, pois não via problema em que 1900 trabalhadores fossem para o desemprego, pois isso seria uma gota de água nos 300000 que já lá estavam. Os trabalhadores não se resignaram de modo algum com essa medida e protestaram energicamente, acabando a decisão por ser revogada.

«Em Abril de 1976, a mesma entidade Governamental volta com posição idêntica e pretende que cerca de 50 por cento dos trabalhadores sejam despedidos, o que é o mesmo que dizer que 900

trabalhadores engrossam as fileiras do desemprego».

Qualquer destas falsas soluções tem sido vigorosamente combatida pelos trabalhadores, que se sentem pendentes de um desentendimento entre os ministérios. Os trabalhadores apresentaram soluções e estão abertos a outras que possam vir a ser apontadas, desde que não afectem, é claro, os seus justos interesses.

Segundo o Plano de que temos vindo a falar, já entregue ao Governo, os principais objectivos a conseguir são a «racionalização dos modelos da máquina portátil», «aumento de gama de fabrico da máquina de escrever», «diminuição dos custos de produção» e «fabrico de novos produtos».

Desde que atingidos, estes objectivos resultarão em «aumento de produtividade e, conseqüentemente, de exportação e entrada de divisas», «diminuição de importações e, portanto, evita saída de divisas», e «criação de condições futuras para a estabilidade económico-financeira da Empresa».





# INTESSA ACTIVIDADE DA UNIÃO DOS SINDICATOS DE COIMBRA

(Continuação da pág. 7)

Portanto, isto são problemas muito próprios, que lhes tocam profundamente, que elas sentem no dia-a-dia, e nós ali, através de uma dinâmica bastante acentuada, ajudamos a organizarmos em Coimbra, em conjunto, evidentemente, com toda a estrutura sindical e com nós próprios, na organização. E vêm desenvolvendo um trabalho bastante interessante.

## SECTOR DE INFORMAÇÃO

No que diz respeito ao sector de informação, é um daqueles em que nós estamos profundamente atentos. Temos procurado fazer uma informação o mais objectiva possível, procurando substituir a informação escrita, rápida, pelos contactos directos nas fábricas. Isto parece-nos muito importante na movimentação de massas. Nós temos de ter em conta que temos uma percentagem enorme de analfabetos, localizados nas classes a que pretendemos dar prioritariamente atingir, com a informação, ou seja, nos sectores operários e rurais e isso dificulta todo o acesso dum informação escrita. Além do mais, ela por vezes poder-se-ia tornar perigosa, porque muitos daqueles mesmo que têm já com certa facilidade, têm ainda as dificuldades da interpretação. E porque determinados sectores junto às autoridades patronais se apropriavam dum informação que nós tentamos transformar dum forma mais correcta, e ela deformavam todo o pensamento, dando uma informação completamente errada aos outros trabalhadores. Nós, portanto, nós constituímos e preferimos o contacto directo nas fábricas.

Todavia, ao reconhecermos a necessidade deste trabalho ser acompanhado dum informação válida, temos, independentemente de todas as circulares que fazemos sair, um Búlim informativo, periódico, da União dos Sindicatos, que prima pela sua objectividade. Nós não comertamos nenhuma das exposições que fazemos, e limitamo-nos a narrar aquilo que se passa no distrito, as lutas dos trabalhadores, dum forma muito objectiva e real. A interpretação, dá-la-a cada um dos trabalhadores. E porque não damos interpretações e assim não permitimos que meia dúzia de espertalhões interpretem mal o nosso pensar nos outros trabalhadores, narrando os factos em si, eles sabem sobre aquilo que querem, aquilo que desejam e a forma como o podem alcançar, eles mesmos são levados através dum pequeno esforço a fazerem as suas próprias interpretações. Portanto, este é o esquema em que se processa a nossa informação.

## SECTOR DE FORMAÇÃO

Paralelamente à informação, temos uma outra actividade que consideramos prioritária a formação dos quadros. Neste campo, já levámos a efeito em Coimbra um encontro de formação sindical, com cerca de uma centena de militantes sindicais. Vamos aprofundar, agora, esse encontro, fazendo já um curso de formação sindical, com a ajuda de alguns camaradas e que vai visar, essencialmente, diversos temas, ou seja: a História do Movimento Operário; cursos práticos de Contabilidade que venham a facilitar, depois, nas fábricas, o controlo operário; noções de Economia portuguesa e do Direito do Trabalho. Estes são 4 dos temas que nós consideramos fundamentais. Os cursos estão aptos a serem dados. Deixamos passar este período de campanha eleitoral, e vamos começar já, de imediato.

## SECTOR DE PREVIDÊNCIA

Temos ainda dois outros departamentos, onde o papel fundamental está entregue a grupos de trabalho. É o departamento da Previdência e o departamento Social,

que, no fundo, trabalham até em conjunto. Este departamento da Previdência, que é constituído por um grupo de trabalho bastante amplo, de que fazem parte elementos da própria Caixa de Previdência, das próprias Comissões Administrativas, tendo como função principal o contacto directo nas fábricas com os trabalhadores, explicando-lhes o que é a Previdência, os direitos que os trabalhadores têm, a forma de não se deixarem enganar pelas entidades patronais, no que diz respeito a descontos e outras tarefas, e o de aplicar o seu próprio controlo nos seus locais de trabalho. Tem sido muito interessante a tarefa deste grupo, quer nas fábricas, quer nos campos, na Previdência Rural, e têm tido um acolhimento extraordinário da parte dos trabalhadores e o seu trabalho tem-se multiplicado.

Paralelamente com este contacto directo com os trabalhadores, os grupos de Previdência e Social, têm tido contactos assíduos, quase semanais, com as próprias direcções dos Sindicatos, no sentido de sensibilizar os próprios dirigentes sindicais para este problema. É um problema que nos diz respeito a todos, e a problemática muito grave, todos nós conhecemos que a Previdência não está bem, sem tanto, pela falta do dia-a-dia que sentem sobre nós os seus aspectos negativos, mas, no fundo, os trabalhadores desconhecem o que era a Previdência, desconhecem o que era a previdência municipal, e nós estamos a pôr tudo aquilo a descoberto, e estamos a propor sugestões para a modificar e para pô-la, de facto, ao serviço de todos nós. Não tem tido, como sempre, um acolhimento fantástico da parte dos trabalhadores e só o poderemos considerar como um dos trabalhos mais úteis que nós vêm desenvolvendo ao nível das estruturas da União dos Sindicatos de Coimbra.

## SECTOR INTERNACIONAL

Temos ainda um outro departamento, um departamento que eu diria que era, hoje, que é o departamento internacional. É um departamento que surgiu pela necessidade cada vez maior de alargar os nossos laços de fraternidade de solidariedade operária com todos os camaradas do mundo, qualquer que seja o lugar onde se encontrar. Temos vindo a desenvolver um trabalho bastante árduo, de tal forma que, ultimamente, num período inferior a um mês, já tivemos oportunidade de receber camaradas da Checoslováquia, que nos fizeram um colóquio sobre sindicalismo, já tivemos oportunidade de receber camaradas dos Sindicatos Finlandeses, da SAK, já tivemos oportunidade de receber camaradas dos Sindicatos dos Bancários belgas, e vamos receber, no próximo dia 21, uma delegação do Conselho Central dos Sindicatos Búlgaros. Tivemos também oportunidade de nos deslucarmos e contactarmos com os nossos camaradas da Mongólia, da União Soviética e da França, e temos programados vários outros contactos. Tem sido muito: temos sido enriquecidos, temos aprendido muito com eles e temos-lhe transmitido, dum forma correcta, a nossa própria realidade. Há uma grande dinâmica, um grande entusiasmo, portanto, na União, por este trabalho, que consideramos fundamental na estrutura sindical portuguesa.

Temos ainda um outro departamento, em que se trata das empresas em autogestão e das cooperativas.

## SECTOR DE AUTOGESTÃO

Jorge Lopes: Sobre as empresas em autogestão e as cooperativas, nós teremos de começar por dizer que as cooperativas que em Coimbra se foram formando ao longo deste processo tiveram, desde o seu início, o auxílio da União dos Sindicatos de Coimbra, a qual, quando encontrava uma empresa em autogestão, por abandono do patrão (o que era a maioria dos casos), ia em seu auxílio. Houve casos em que o patrão ficando no nosso País, não abandonou a empresa mas causou graves falhas dentro da mesma, como desvio de fundos, uma segunda escrita a que se chamava "caco azul", e outros casos.

Este problema das cooperativas começou a ser, desde há muito tempo, bem tomado e bem trabalhado pela União dos Sindicatos de Coimbra. Esta União, com um elemento que está agregado a isto, fez plerários com as empresas, fez esclarecimento sobre cooperativas, sobretudo nas empresas em autogestão, e, portanto, levou as empresas a terem a possibilidade de se organizarem em cooperativas — aquelas que, para esse efeito, tinham viabilidade. Contudo, veio a notar-se uma forte organização, fundamentalmente quando, em 26 de Dezembro do ano passado, o Ministro do Trabalho, sr. Tomás Rosa, nos diz por um despacho que as empresas em autogestão e as cooperativas necessitariam de credenciais para movimentarem, quer comercialmente, quer em todo os seus aspectos interiores, como empresas que tinham sido abandonadas pelo patrão. Assim, a União dos Sindicatos começou logo por promover reuniões, a fim de esclarecer os trabalhadores acerca de todos esses problemas, reuniões em que foi decidido criar um secretariado das empresas em autogestão e cooperativas, secretariado estas reuniões, em que foi criado um secretariado das empresas em autogestão e cooperativas.

# OS PREÇOS PARA AUMENTAR...

Nos últimos meses tem-se verificado um aumento assustador de preços, de especulação e açambarcamento de géneros de primeira necessidade...

Enquanto que no período seguinte ao 25 de Abril o aumento dos preços baixou em relação ao que se verificava no regime fascista — a taxa mensal de inflação baixou de 4,3% para 1,1% — graças à promoção de uma política antimonopolista, ao fim da guerra colonial e a uma maior redistribuição dos rendimentos em benefício das classes trabalhadoras — nos últimos meses a tentativa de desenvolvimento de uma política de recuperação capitalista levou, não só ao congelamento temporário da contratação colectiva como a uma acentuada subida de todos os preços de produtos e serviços, particularmente os de primeira necessidade, aqueles que mais afectam as classes trabalhadoras.

Analisando o quadro I (índice médio mensal de evolução dos preços Out. 75 / Fev. 76) concluiremos que o total médio de aumento dos preços — no conjunto das referidas cidades do país foi de 11,6% durante os quatro meses considerados; a taxa mensal da inflação cifrou-se em 2,9%, o que se aproxima assim, novamente, da taxa verificada antes do 25 de Abril; saliente-se pela sua importância, a

com a União das Cooperativas local. Deste trabalho de conjunto tem-se retirado os melhores proveitos e tem-se lutado contra as injustiças e a forma antipátria que o Ministério do Trabalho tem tido, como seguimento, em toda a sua forma, sobretudo a partir do 25 de Novembro.

Nesta forma organizativa deste sector, a que chamamos sector económico, a União dos Sindicatos de Coimbra tem sido tomado e bem trabalhado pelo União dos Sindicatos de Coimbra. Este União, com um elemento que está agregado a isto, fez plerários com as empresas, fez esclarecimento sobre cooperativas, sobretudo nas empresas em autogestão, e, portanto, levou as empresas a terem a possibilidade de se organizarem em cooperativas — aquelas que, para esse efeito, tinham viabilidade. Contudo, veio a notar-se uma forte organização, fundamentalmente quando, em 26 de Dezembro do ano passado, o Ministro do Trabalho, sr. Tomás Rosa, nos diz por um despacho que as empresas em autogestão e as cooperativas necessitariam de credenciais para movimentarem, quer comercialmente, quer em todo os seus aspectos interiores, como empresas que tinham sido abandonadas pelo patrão. Assim, a União dos Sindicatos começou logo por promover reuniões, a fim de esclarecer os trabalhadores acerca de todos esses problemas, reuniões em que foi decidido criar um secretariado das empresas em autogestão e cooperativas, secretariado estas reuniões, em que foi criado um secretariado das empresas em autogestão e cooperativas.

Em todas estas questões, têm surgido várias ideias na nossa mente, que se vão desenvolvendo...

como seja fazer "mercados do povo", para auxiliar estas empresas, criar uma ligação entre elas para que possam ajudar-se umas às outras, o que temos, na realidade conseguido. E podemos mesmo dizer que algumas delas têm feito empréstimos monetários a outras com mais dificuldades.

## MERCADOS DO POVO

Entretanto, combinou-se com a forte organização de todo este sector uma exposição folhete que tivemos com a organização a realização do "Mercado 1.º de Maio" em Coimbra, que se efectuou no dia 2 de Maio, no Parque da Cidade. Isto demonstrou uma vitória vibrante, pois que as massas trabalhadoras do distrito acorreram ao local a fazer as suas compras. Poderemos referir que a empresa de automóveis usados e mecanismos conseguiu a venda de um carro e recolheu grandes perspectivas para o futuro. As empresas de cerâmica artística tiveram avultadas vendas, assim como as de pronto-a-vestir, que esgotaram tudo que tinham levado para esse local. Um armazém de vinhos conseguiu vender cerca de 100 centos de bebidas engarrafadas e engarrafadas. Mas, fundamentalmente, o que nos levou a mostrar que as massas trabalhadoras não estão só interessadas nas compras de produtos de vestuário e outros, é o facto de uma Cooperativa livreira ter vendido mais de 2500 litros, verificando-se que essas vendas tinham sido feitas sobretudo a trabalhadores.

alta taxa de inflação verificada no mês de Janeiro: 6,7%. A manter-se a taxa de inflação verificada nos primeiros meses deste ano, poderemos concluir (quadro II) evolução do índice de preços no consumidor) que o acréscimo do

presente ano em relação ao de 1975 se aproximará novamente do verificado no último ano do regime fascista: 25,4% para 26,4%. Queremos esta taxa à verificada em relação ao acréscimo 75/74: 20,5% e concluiremos das

	Outubro/75	Março/76	Percentagem
<b>PORCO</b>			
Fibras	95500	140500	47,3
Lombo	90500	140500	55,7
Figado	74500	122500	64
Cabeça	22500	67500	204
Chispe	33500	90500	172
ANHO			
Pa	58500	135500	132
Costeletas	64500	140500	118
	Dezembro/75	Março/76	Percentagem
<b>CHARCUTARIA</b>			
Bacon	82500	100500	21,9
Famíneira	35500	47500	34
Chourico	80500	100500	25
Presunto	138500	214500	55
<b>COELHO</b>			
Coelho	80500	123500	53,7
	Março/75	Março/76	Percentagem
<b>PRODUTOS AFINS À PANIFICAÇÃO</b>			
Biscoito avulso	36500	60500	66,6
Tosta	20500	28500	40
Doce	48500	80500	66,6

QUADRO I  
Índice médio mensal de evolução dos preços, Out. 75 e Fev. 76

Meses	Índices mensais de evolução nas 6 cidades					
	Liboa	Porto	Coimbra	Evora	Viseu	Faro
Outubro	—	—	—	—	—	—
Novembro	0,7	3,5	6,3	1,2	0,2	2,4
Dezembro	3,6	-0,1	1,4	0,9	7,9	0,6
Janeiro 76	7,4	6,0	8,7	8,4	3,5	6,4
Febrero	-2,2	-0,9	-5,2	1,3	8,4	1,3
Total	9,5	8,5	11,2	11,8	19,6	9,5
Índice médio (Ameses)	2,4	2,1	2,8	3,0	4,9	2,4

consequências da orientação económica do país seguida nos últimos meses.

Entretanto, enquanto os preços vão subindo, iniciou-se o desmantelamento da Direcção-Geral dos Preços — organismo que vinha praticando uma política de contenção de preços em defesa do consumidor; hoje a sua actividade está parada, tendo já sido estabelecidos os preços de vários produtos sem o seu parecer técnico. Só a luta unida e organizada dos trabalhadores poderá opor às tentativas de recuperação capitalista da economia e a todas as suas consequências como é a inflação.



# LER • OLHAR • ENTENDER • LER • OLHAR

## TEMPO DE LEITURA

**REGISTOS DO OUTONO QUENTE**, e algumas notas de viagem, de Urbano Tavares Rodrigues — Coleção "Actualidade Nacional" — Cader-nova Seara Nova.

Um livro a que o autor chama do "Ciclo da Revolução", palavra "que não consegue pronunciar sem dor". Obra circunstancial em que Urbano Tavares Rodrigues reuniu textos através dos quais reflectiu emocionalmente sobre a realidade portuguesa do ano de 1975, com as suas esperanças e convulsões, sobre a "festa revolucionária, às vezes raioando a margem intocavelmente doirada da utopia", que todos nós vivemos e que eles nos transmite com a acutilidade de uma mensalidade que nunca se dissocia daquilo que escreve.

Nas notas de viagem falamos ainda das suas digressões por terras da Bulgária e da URSS, sempre no mesmo estilo empolgante a que nos habituou Urbano Tavares Rodrigues, um dos mais dotados escritores da geração de 50 e com uma vasta obra que inclui crónicas de viagem, ensaio, crítica, romances e outros.

Este volume, muito próximo da realidade que ainda continuamos a viver, recorda-nos momentos e factos sobre os quais é necessário reflectir.

### UM GIRASSOL CHAMADO BEATRIZ

(estórias), de Eduardo Olímpio — Coleção Cacto — Prelo Editora.

Eduardo Olímpio, escritor e poeta, «jovem sonhador» como lhe chama Antunes da Silva no prefácio que escreveu para o livro *As Cavalitas do Tempo*, minicrónicas do mesmo autor, surge agora com estas *estórias* em que ele recorda um mundo de pequenas e grandes coisas, de pessoas e de factos, a terra onde nasceu e a que está profundamente ligado, a infância que o marcou. Nessa infância destaca-se a figura da mãe, da qual dizia que «nem que eu vivesse mil anos esqueceria as mãos de minha mãe passando pela minha cabeça». É um livro de saudade e de ternura, de fraternidade e de esperança.

## NEM VÍCIO NEM LUXO

O bife não é um direito exclusivo da burguesia: é uma apropriação de classe. Como o leite. Como a fruta. Os trabalhadores são gente, tanto ou mais que os burgueses, por muito que isso incomode algumas donas-serigaitas que franzem o nariz na proximidade dos «mal-vestiúdos»; e como gente que são têm o mais indiscutível direito ao bife, ao leite, à fruta que chegam às mesas burguesas. Só que a burguesia chegou e «tomou conta». E bife, leite, fruta, tornaram-se «luxo». Burguês.

O mesmo com a cultura. Não a falsa cultura que tem a ver com pergaminhos poirentos e telas-de-aranha de velhos arquivos. Não a cultura que é uso escrever-se com k, à nazi, e que é capaz de tocar Beethoven nos campos de concentração. Mas a cultura que é entendimento das coisas, das pessoas, das situações: a cultura em que um dia entroncou Marx — o que devia ser lembrado mais vezes do que é. Também essa cultura não é um luxo burguês: é uma necessidade para a integral realização dos homens. Só que também com ela aconteceu o mesmo: veio a burguesia e «tomou conta», apropriou-se.

Não é por acaso que nos países socialistas a cultura é um bem largamente repartido. Chega à «mesa» dos operários, dos camponeses, dos soldados. Lá vão parar a melhor música, os melhores livros de sempre. Em abundância. E ninguém por lá pensa em chamar-lhe burguesia, à cultura. Porque foi restituída assim ao seu melhor destino: servir os homens, não uma classe. E ninguém por lá pensa em, quando se fala de cultura, puxar de uma pistola, como se diz que fazia Goebbels. Ou puxar de uma relutância qualquer herdada do nazismo, nem se sabe bem como; como fazem muitos que, contudo, não têm nada de Goebbels.

Tudo isto porque a cultura (o entendimento, a lucidez, o saber) é também ferramenta para a construção do futuro e arma para o combate do presente. E os trabalhadores em luta, qualquer que seja o lugar, não podem deixar fora as armas.

## LIVROS QUE RECOMENDAMOS

**DESERTO COM VOZES**, de Urbano Tavares Rodrigues — Coleção "Ficcionalistas Portugueses" — Seara Nova.

Mais um livro de Urbano Tavares Rodrigues, desta vez uma reedição, sobre o qual o autor diz na nota de abertura: "Deserto com Vozes (apesar de alguns sapicões de Lisboa e de Paris) é um símbolo do Alentejo a que pertence, do Alentejo pelo qual me bati. E, mais do que isso (até porque na escrita procuro quase sempre deixar vários níveis de leitura), é ainda o Portugal dos desertados, a emigrarem, deixando mais num mais vasto o espaço onde outros começaram a rebelar-se."

**CONTRA O DOGMATISMO E O SECTARISMO DO MOVIMENTO OPERÁRIO**, de V.I. Lênine — Coleção "Argumentos" — Seara Nova.

Reunião de artigos e discursos pronunciados pelo autor.

**LENINE E O PARTIDO BOLSHEVIQUE**, de Humberto M. da Cruz —

Coleção "Argumentos" da Seara Nova.

Da introdução: «Este livro pretende ser uma aproximação ao leninismo, entendido no sentido da contribuição de Lenine ao marxismo e à revolução, no sentido da sua contribuição aos princípios gerais que deverão ser aplicados a situações concretas, e desta maneira enriquecidos e desenvolvidos».

**FILOSOFIA E FILOSOFIA ESPONTÂNEA DOS CIENTISTAS**, de Louis Althusser — Coleção de Ciências Humanas — Editorial Presença.

**A JUVENTUDE SOVIÉTICA** (Perguntas a que nós responderemos) — Edições de Agência de Imprensa Novosti.

**ENSAIO DE PSICOLOGIA SENSÍVEL 1** — de Celestin Freinet — Coleção «Questões» — Editorial Presença.

## AH! AMÉRICA

América do Norte:  
América rapina.  
América da morte:  
América Latina.  
América do Norte:  
América que come.  
América de carga:  
América que paga.  
América do Norte:  
América do mito.  
América do povo:  
América do pouco.  
América do Norte:  
América do tudo.  
América sugada:  
América do nada.  
América do Norte:  
América padrão.  
América do pobre:  
América sem pão.  
América do Norte:  
América patrão.  
América Latina:  
Começa a dizer NÃO.

FELIX DE ATHAYDE  
(poeta brasileiro)

## AS IMAGENS E AS LETRAS

Diz-se que vivemos numa «civilização da imagem». Talvez. Em todo o caso, cuidado! Quando ouvimos falar muito da Civilização disto e daquilo (em vez de se falar da sociedade da exploração, por exemplo), há boas probabilidades de estarem a querer esconder-nos qualquer coisa. «Civilização da Imagem», do audiovisual — isto é, do que se vê e ouve em lugar de ler. Talvez. Vamos a ver.

Antes do mais, não podemos esquecer que há muitos mais países do Mundo em que continua a ler-se muito, apesar da disseminação da TV, da expansão do Cinema e da proliferação das chamadas bandas desenhadas. Isto significa que o livro continua a ser uma importante força cultural. E o melhor, para evitar coisas, é começarmos-nos a perguntar se os que muito falam da «Civilização da Imagem» não serão os que têm razões para

temer certas coisas que os livros podem ensinar.

Porque talvez haja coisas que só os livros ensinam. A leitura tem condições próprias, que a TV e o Cinema, por um bocadinho, para pensarmos sobre uma frase ou uma página. Descreva coisas (sentimentos, formas de convívio entre as pessoas, análises) que a imagem só muito dificilmente sugere. Até na descrição dos homens, do que neles há de mais profundo e decisivo, a palavra escrita pode o que a imagem não pode. E, se não conhecemos os homens, como havemos de transformar o Mundo?

A imagem, o som, pois claro que são importantes, pois claro que são fundamentais. Mas quando vimos que, em seu nome, nos querem fazer esquecer os livros, pensemos duas vezes no caso. No fim de contas, talvez nos queiram roubar alguma coisa.

**atavanca**

SEMANARIO DA INTERSINDICAL

DIRECTOR INTERINO: Jaime Marques Machado

16 páginas - Preço \$500

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Vitor Gordon - 1 - 2.ª - LISBOA

DELEGAÇÃO DO NORTE:

UNIAO DOS SINDICATOS DO PORTO - Rua de Santa Catarina, 922-11

Telefa. 380752/59 - PORTO

DISTRIBUIDORA: REGIMPRENSA

COMPOSIÇÃO IMPRESSÃO

HESKA PORTUGUESA

Rua Elias Garcia, 25, 27 - Venda Nova - Amadora



# LER • OLHAR • ENTENDER • LER • OLHAR

## UMA CRIANÇA À ESQUINA DA RUA

Crônica de MARIA JUDITE DE CARVALHO

Era uma criança, só isso. Nem bonita nem feia. Mas uma criança com um desgosto maior do que ela. Tinham-lhe batido? Tinham-na insultado? Tinham-na roubado? Não sei. Só que estava parada à esquina de uma rua popular, muito movimentada naquela hora, e que ninguém a via. Quem vai reparar numa criança que chora? Vestia uma ampla capa de oleado, com capuz, e o seu choro era silencioso, não se exibia, não dava escândalo. A criança chorava como quem respira, porque chorar lhe era, de súbito, necessário.

Esquecemos muito facilmente os desgostos da infância e escutam-nos a sorrir, com desatenção ou até irritados. É curta a nossa memória. Ficaram caídos, perdidos para sempre, os desgostos enormes, imensos,

insuportáveis, da nossa infância. Desgostos para os quais não tínhamos força, nem treino, nem tamanho. Para os quais nem mesmo tínhamos anticorpos.

À esquina da rua, portanto, a criança, de pasta no chão, chorava. Lágrimas grandes, redondas, velozes, molhavam-lhe o focinho rosado pelo frio ou pela dor. Lá adiante um grupo de meninos ria alegremente. Dela? Sim, talvez fosse dela que o grupo ria. Por a criança ser tímida. Ou aprender com dificuldade. Ou gaguejar. Ou falar com o sotaque de uma província qualquer, de onde chegara havia pouco tempo. Ou dezenas de coisas mais, de que as crianças se riem com uma crueldade que também é maior, muito maior do que elas próprias.

A criança apANHOU os livros e começou a descer a rua.

## QUEM ESTÁ INTERESSADO EM ESCONDER A REALIDADE?

Durante todo o período de descolonização portuguesa, que deu uma real independência aos povos das ex-colônias, a imprensa de direita lançou, através das suas colunas, toda uma série de calúnias, boatos e provocações. Doía-lhes que o nacionalismo não pegasse. Mas os verdadeiros Movimentos de Libertação da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique lutaram até ao fim pela sua total independência. As calúnias e as provocações não resultaram.

Porém, o que diz agora essa imprensa do grande combate contra o analfabetismo na Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e Moçambique? Não dá notícias. Iniciou-se a guerrilha contra a tuberculose, as doenças venéreas, a falta de higiene nas cidades. Arrançou a batalha da produção nas fábricas e nos campos. Que dizem os jornais?

Angola instituiu o ensino gratuito e o ensino primário obrigatório. Moçambique estabeleceu rendas de casa de acordo com os salários. Quais os jornais que a isto se referiram? Quantos artigos, sobre as conquistas dos trabalhadores desses novos países, vieram a público? Quem está interessado em esconder a realidade? A quem interessa não admitir que esses países se lançam os primeiros alicerces na construção da sociedade mais justa? Não aos trabalhadores portugueses. A quem, então?



MARIA BETHÂNIA é do Brasil: uma voz que a TV, a Rádio, o Disco popularizaram. Por estes caminhos, muitas vezes se perderam, seduzidas pelo êxito comercial, e se esqueceram de que o canto mais belo é o que sempre se lembra que vem do povo, que sempre tem a ver com o povo. Maria Bethânia, porém, não foi dessas. Embora não se deturando bater no terreno difícil dos grandes meios de comunicação-de-massas (e por isso mesmo mantendo uma grande audiência, o que é importante), Maria Bethânia continua sendo povo e permanece ao lado dele.

Um dia, o país de Maria Bethânia será diferente. Então, também será diferente o seu canto. Sabermos todos, enfim, quem é o certo Maria Bethânia e do que é capaz. Pois já não lhe será preciso andar a esconder palavras, como agora lhe acontece. E às palavras claras corresponderá uma Maria Bethânia ainda mais perto da sua gente.

## A VERDADE É UMA OPÇÃO

Antigamente, antes do 25 de Abril, quando líamos os jornais, sabíamos que a verdade era provavelmente deturpada. A substituição deturpadora, a censura, passava a pente fino todos os textos. Da simples vírgula ao mais complicado parágrafo, tudo era visto e revisto, não fosse a «subversão» invadir os nossos espíritos.

Tinha-se, então, que recorrer aos mais imaginosos malabarismos de escrita para enganar a censura. Passaram-se 48 anos de malabarismos e 48 anos de deturpações, de mentiras.

Durante a tarde de 25 de Abril de 1974, chegaram às nossas mãos os primeiros jornais livres. Em alguns deles escrevia-se: «Este jornal não foi visado qualquer Comissão de Censura».

Surgiram, então, dois problemas. Por parte do jornalista: aprender a dizer a verdade sem censura, sem malabarismos. Por parte dos leitores: aprender a ler livremente, sem ter que recorrer às entrelinhas. Para os primeiros, caso queiram desempenhar a sua profissão com o máximo de honestidade, a tarefa não é fácil. Duas perguntas poderão ser feitas: Que jornalismo fazer? Colocar o jornalismo ao serviço de quem?

Só pode existir uma resposta para ambas as questões: fazer um jornalismo de Verdade, ao serviço da Revolução, do Povo Português, das massas trabalhadoras. Para tanto, é imperioso que não se confunda liberdade com libertinagem, seriedade com irresponsabilidade.

Como em tudo na vida, os jornalistas terão que fazer a sua opção, opção de classe, e alguns já a fizeram: ou se está com a verdade, ao serviço das massas trabalhadoras, ou se está com a mentira, ao serviço do capital explorador.

É certo que a verdade, por vezes, é difícil de ser contada: nem todos poderão ou, sobretudo, quererão fazê-lo. Nada existe de pior que a mentira disfarçada de verdade — e isso, infelizmente, tem vindo a surgir na maioria dos nossos jornais.

A calúnia, a mentira e a irresponsabilidade aparecem, impudente, dia a dia, aos nossos olhos. Mas tudo isso acabará, os trabalhadores sabem-no bem e, de resto, a História já o demonstrou diversas vezes.

Durante quase dois anos de Revolução, o jornalismo da verdade veio no nosso País foi apelidado de «partidário». Trata-se de um falso conceito posto a circular por forças de direita, naturalmente nada interessadas na construção de um autêntico Socialismo em Portugal. Existem, sim, jornalistas dispostos a colocar a sua profissão ao serviço do Povo, apostados em defender, intransigentemente, os reais interesses das massas trabalhadoras. Isto, em dado momento, poderá coincidir com as directrizes apontadas por determinados partidos.

Quanto ao leitor, passado, que são dois anos de leitura sem censura, começa, agora, a distinguir o trigo do joio. Ele sabe que a verdade, neste momento, não é susceptível de ser deturpada pela censura que nos amordaçou durante o fascismo. E sabe, também, que essa mesma verdade só poderá ser alterada pelos agentes da contra-revolução.

## CINEMA

«2001 — ODISSEIA NO ESPAÇO»

Stanley Kubrick, realizador de «2001 — Odisseia no Espaço», parece-nos o homem de ideias pouco claras. Quer neste filme, quer no famoso «A Laranja Mecânica», é pouco nítido o pensamento do autor em relação a questões fundamentais: a violência, o futuro dos homens, as relações com a máquina. O que não oferece dúvidas é que Kubrick é cineasta de muito bom gosto, um autêntico artista, e que faz filmes lindos de ver. Além de os revestir de uma ambiguidade que, ao contrário do que podia julgar-se, atrai muita gente. E que há sempre quem prefira não ver claro.

## TEATRO

«TARAN-TAN-TAN NÃO ENCHE BARRIGA»

Do ponto de vista do espectador que não tem obrigação nenhuma de ser «intelectual» (mas apas; não confundir com *intelectual* sem apas), há duas ou três espécies de Teatro. Uma delas é o Teatro apertoso, mas profundamente desonesto e socialmente reaccionário. É claro que não interessa. Outra é o Teatro sério, de qualidade, mas tem a vocação de ser muito chato. É uma pena, mas também não interessa. Raro, raro é o Teatro honesto e divertido, útil e saboroso.

«Taran-Tan-Tan Não Enche Barriga» conta-se entre esta última espécie rara de Teatro.

## DISCOS

«VIVA CHILE!», LP Stereo.

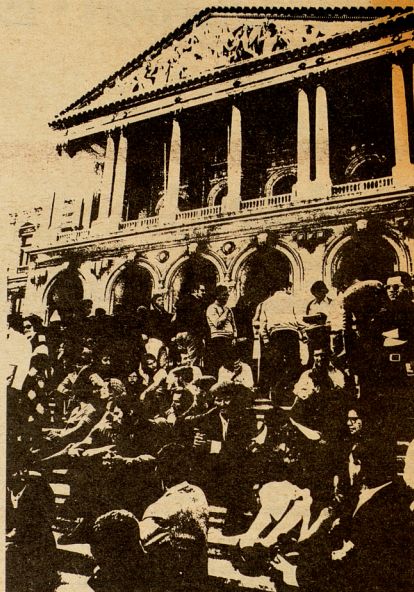
O Chile vencerá, bem o sabemos. Também o sabe o conjunto «Inti-Ilumini», conjunto chileno no exílio que faz da música, da canção, a sua arma contra Pinochet. Arma eficaz, porque mobiliza muita gente para a solidariedade com o povo chileno. E eficaz, também, porque a música «nestes seis meses» é de qualidade superior. A música medíocre suscita adesões medíocres, a melhor música provoca adesões meliores.

Das canções gravadas neste disco, destaca-se o célebre «Venceremos», de Sérgio Ortega e Claudio Iturrá. Mas todas as restantes são de ouvir com atenção e comção. Porque são belas e são a voz do Chile. Que vencerá.



# CONSTITUIÇÃO

# PRINCÍPIOS DA PROPRIEDADE E LUTA ANTIMONOPOLISTA



A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado:

- na soberania popular;
- no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais;
- no pluralismo de expressão democrática e de organização política democrática;
- e tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras.*

Esta definição do Estado português feita pela Constituição. Como princípio constitucional fundamental, ela é o ponto central em torno do qual deve ser ordenada toda a ordem jurídica portuguesa e interpretadas as suas normas.

## ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

Coerentemente com este princípio básico, a estrutura da propriedade dos meios de produção prevista pela Constituição na sua parte II (Organização Económica) aponta:

- 1 - Como sectores de propriedade dos meios de produção:
  - Sector público;
  - Sector cooperativo;
  - Sector privado;
- 2 - Como sector de propriedade social, que tenderá a ser predominante, os dois primeiros;
- 3 - Como base de desenvolvimento da propriedade social:
  - os bens e unidades de

produção com posse útil e gestão dos colectivos dos trabalhadores;

- os bens comunitários com posse útil e gestão das comunidades locais;
- o sector cooperativo;

4 - Como condições do desenvolvimento da propriedade social:

- as nacionalizações;
- o plano democrático;
- o controle de gestão;
- o poder democrático dos trabalhadores.

Nos princípios gerais da mesma Parte II a Constituição refere o desenvolvimento das relações de produção socialistas como base da organização económico-social, o que exige:

- a apropriação colectiva dos

indirectamente nacionalizadas, fora dos sectores básicos da economia, poderão ser, excepcionalmente, integradas no sector privado, desde que os trabalhadores não optem pelo regime de auto-gestão ou de cooperativa.

Isto implica que os sonhos do grande capital, do imperialismo e dos seus partidos políticos de desnacionalizar, anulando uma das conquistas fundamentais da revolução, encontra uma barreira decisiva na própria Constituição. O regresso de empresas ao sector privado, apenas admitido com carácter excepcional, só pode referir-se a pequenas e médias empresas, e desde que os trabalhadores o consintam.

## HÁ QUE ESTUDAR A CONSTITUIÇÃO DÁ-LA A CONHECER AOS TRABALHADORES DISCUTI-LA NAS EMPRESAS EXIGIR A SUA APLICAÇÃO DEFENDÊ-LA DA REACÇÃO

principais meios de produção, solos e recursos naturais;

- o exercício do poder democrático das classes trabalhadoras.

### AS NACIONALIZAÇÕES

As nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974 são, constitucionalmente, conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras. Porém, as pequenas e médias empresas

### A INICIATIVA PRIVADA

Por seu turno, a iniciativa privada, que a Constituição prevê continue a existir, tem de exercer-se:

- Nos quadros definidos pela Constituição, pela Lei e pelo Plano;
- Como instrumento do progresso colectivo;
- Fora dos limites dos sectores básicos da economia definidos por Lei, nos quais é vedada;

- Sem prejuízo da intervenção do Estado, justificada pela necessidade de assegurar o interesse geral e os direitos dos trabalhadores.

A actividade económica e os investimentos estrangeiros serão disciplinados pela lei, em termos de:

- contribuir para o desenvolvimento do país;
- integração do Plano;
- defesa da independência nacional e dos direitos dos trabalhadores.

### DEVERES DO ESTADO

Entre os deveres prioritários do Estado no campo da economia contam-se:

- a) eliminar e impedir a

desenvolvimento das relações de produção socialistas.

Por fim, os meios e formas de intervenção e de nacionalização dos meios de produção são determinados pela lei, que pode determinar que as expropriações de latifundiários e *grandes* proprietários e empresários ou accionistas não dêem lugar a qualquer indemnização.

### CONCLUSÃO

Conclui-se, pois, que o Estado português é um Estado democrático, baseado, na ordem económica, no desenvolvimento do sector social da propriedade e das relações de produção socialistas e na luta antimonopolista e antilatifundista.

Por isso também a Constituição portuguesa é progressista.

Há que defendê-la, exigindo o seu cumprimento.

Apesar das suas contradições, resultantes das diversas fases do processo democrático vividas no decurso da sua elaboração.

A principal contradição que contem — entre uma sociedade ainda em grande parte baseada em relações de produção capitalistas, e o desenvolvimento das relações de produção socialistas nascentes num importante sector da economia como princípio-base constitucionalmente consagrado da nova organização económico-social — será resolvida pela dinâmica da luta de massas. Será nesse campo, com o desenrolar da luta de classes, que a reacção e o fascismo serão contidos, e a democracia será estabelecida e que o caminho do socialismo será aberto.

formação de monopólios, através de nacionalizações ou outras formas, bem como reprimir os abusos do poder económico e todas as práticas lesivas do interesse geral;

b) estabelecer a conjuntura e assegurar a plena utilização das forças produtivas;

c) promover a igualdade entre cidadãos, através da transformação das estruturas económico-sociais;

- d) impulsionar o